

CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Relatório e Contas 2012

Índice

3	Órgãos Sociais
4	Relatório do Conselho de Administração
25	Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
31	Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012
106	Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros
111	Relatório Sobre o Governo da Sociedade
122	Relatório Sobre o Cumprimento das Orientações Legais
139	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal de Contas

Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Maria Isabel Toucedo Lage
Secretário	Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

Conselho de Administração

Presidente	CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A., que nomeou para exercer o cargo em nome próprio, Francisco Xavier da Conceição Cordeiro
Vogais	Ana Rita Martins Sambado de Macedo Luís Filipe Mateus Alves

Conselho Fiscal

Presidente	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
Vogais	João Filipe Gonçalves Pinto Luís Máximo dos Santos
Suplente	João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

**Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas**

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC, S.A. Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC
--

1. Relatório do Conselho de Administração

Ao Acionista

De harmonia com as disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CARES – Companhia de Seguros S.A., vem apresentar a V.Exa. o relatório e contas relativo ao exercício do ano 2012.

1. Enquadramento Macroeconómico e Competitivo

1.1. Enquadramento Macroeconómico

Em 2012, a evolução da economia portuguesa continuou a ser marcada pelas restrições de financiamento e pelas medidas de austeridade, implementadas no âmbito do programa de assistência económica e financeira (PAEF) estabelecido em 2011 e que tem vindo a ser sucessivamente revisto.

Também o enquadramento internacional tem vindo a penalizar esta evolução, tendo-se verificado um abrandamento generalizado do crescimento económico mundial, com particular destaque para a área do Euro que terá evidenciado mesmo um decréscimo de 0,4% (1,4% em 2011).

Neste contexto, a economia nacional evidenciou um decréscimo de 3,0%, acentuando a divergência face à área do Euro, refletindo o contributo da procura interna (-7,2pp.), que evidenciou um decréscimo da generalidade das suas componentes, com particular destaque para o Investimento (14,4%).

O efeito da contração da procura interna foi, no entanto, atenuado pelo comportamento das exportações líquidas (+4,2pp.), que refletiram o aumento de 4,1% nas Exportações e a redução de 6,9% nas Importações, em resultado, sobretudo, da diminuição dos níveis de consumo de bens duradouros e de investimento.

O comportamento favorável da procura externa foi decisivo para que a balança corrente e de capital atingisse um valor próximo do equilíbrio (-0,1% em 2012), minimizando a necessidade adicional de financiamento externo e evidenciando uma tendência de correção do défice externo, que vinha constituindo um dos principais desequilíbrios evidenciados pela economia portuguesa.

Relativamente ao Orçamento de Estado, que tem, nos últimos anos, apresentado elevados défices, verificou-se uma consolidação inferior à inicialmente prevista, atingindo-se um défice próximo de 5% no final de 2012 (correspondente a cerca de 8 mil milhões de euros), o que aumenta a dívida pública para cerca de 120% do PIB.

A inflação, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), terá registado um valor de 2,8%, refletindo o aumento de preços dos bens energéticos e de um conjunto de serviços públicos, nomeadamente na área da saúde e dos transportes.

Relativamente à taxa de desemprego verificou-se, em 2012, um aumento da taxa média anual para cerca de 15,5% (12% em 2011), refletindo o agravamento das condições económicas de algumas empresas em resultado do ajustamento dos níveis de investimento e consumo.

As previsões económicas para 2013 apontam para uma nova redução da atividade económica em cerca de 1,9%, decorrente da continuação do processo de ajustamento com efeitos na procura interna (4,0%), cujo efeito, mais uma vez, se espera que seja atenuado pelo aumento do saldo de exportações líquidas (+2,1%), o que, a confirmar-se, implicará um saldo favorável da balança corrente e de capital em cerca de 3% do PIB.

Esta projeção comporta um conjunto de riscos de predominância descendente, sobretudo no que respeita à degradação do contexto internacional, à necessidade de medidas adicionais de austeridade orçamental, ao efeito recessivo de curto prazo das medidas de natureza estrutural em diversas vertentes (ex: nova lei do arrendamento urbano e legislação laboral) e ao agravamento das condições de financiamento.

Em consequência de um clima económico recessivo e da elevada taxa de desemprego prevista (cerca de 16%), a inflação deverá situar-se em cerca de 1%, refletindo a ausência de pressões salariais, o reduzido dinamismo do mercado interno e a evolução favorável dos preços das importações (nomeadamente dos produtos energéticos).

1.2. Enquadramento Competitivo da Área Seguradora

Em 2012, o mercado segurador nacional voltou a ser condicionado por uma conjuntura económica desfavorável, tendo apresentado uma redução de 6,4% no montante de Prémios, para cerca de 11 mil milhões de euros (equivalente a cerca de 7% do PIB), em consequência da evolução quer dos ramos Vida (-8,2%, para 7 mil milhões de euros), quer dos ramos Não Vida (-3,0%, para 4 mil milhões de euros);

O decréscimo na atividade Vida continuou a refletir uma diminuição generalizada do rendimento disponível e a menor atratividade fiscal dos PPR, tendo, no entanto, sido consideravelmente inferior à variação registada em 2011 (-38,1%) em consequência, sobretudo, das alterações nas políticas de captação de recursos por parte dos principais grupos financeiros.

Nesta área de negócio, verificou-se a manutenção dos níveis de concentração, apesar de terem ocorrido alterações substanciais nas quotas de Mercado de algumas seguradoras, em particular as que têm o canal bancário como canal preferencial.

A atividade Não Vida apresenta uma maior estabilidade da carteira de prémios, sendo a sua evolução fortemente ligada à evolução macroeconómica, pelo que o decréscimo de 3% se encontra em linha com o comportamento do PIB. Numa análise pelos principais ramos, há a referir a redução mais pronunciada dos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel e o aumento de prémios nos ramos Doença e Riscos Múltiplos Habitação.

À semelhança de anos anteriores e em consequência dos elevados níveis de competitividade, o mercado segurador apresenta uma diminuição dos níveis de concentração ao nível da atividade Não Vida, tendo-se verificado um aumento de quota por parte das seguradoras de menor dimensão.

Para 2013, a atividade seguradora continuará a ser condicionada pela contração da massa segurável, em especial nos ramos Acidentes de Trabalho e Automóvel, decorrente da persistência de um contexto macroeconómico negativo.

2. Atividade Seguradora da CARES

2.1. Síntese da Atividade

No ano de 2012 a Companhia registou uma evolução positiva no seu volume de negócios. O montante de prémios adquiridos ascendeu a 40.197 milhares de Euros o que representa um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior.

Apesar do crescimento da carteira, os custos com sinistros observaram um decréscimo de 3,0% relativamente ao ano anterior, fixando-se nos 23.950 milhares de Euros.

Neste contexto, a margem técnica cresceu 19,0% relativamente ao ano anterior atingindo os 13.150 milhares de euros. O resultado alcançado está alicerçado numa política de assunção de risco rigorosa, bem como no trabalho continuado de controlo e redução de custos com a rede externa de prestadores, não descurando em momento algum a qualidade do serviço a prestar aos Clientes.

A evolução dos Prémios Adquiridos, Custos c/ Sinistros e Resultados Líquidos do Exercício nos três últimos exercícios foi a seguinte:

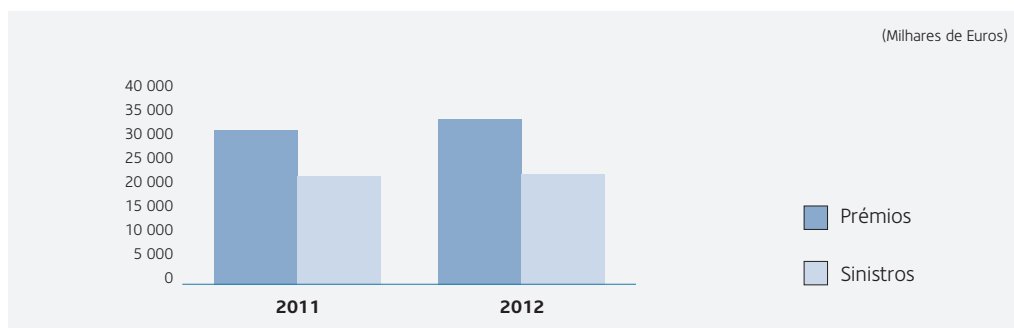
(Valores em Euros)

Ano	Prémios Adquiridos	Custos c/ Sinistros	Resultados de Exploração
2010	46 415 279	38 247 847	5 305 673
2011	38 341 925	24 701 331	4 509 321
2012	40 197 377	23 950 207	7 086 709

2.2. Assistência

A exploração do ramo Assistência no ano de 2012 foi globalmente positiva. Assim:

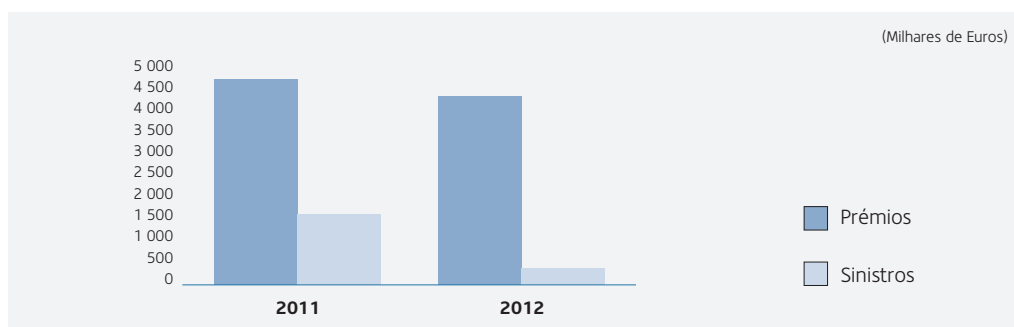
- A receita cresceu 6,7%, situando-se nos 35.678 milhares de euros;
- A sinistralidade também cresceu - 3,1% - embora com um ritmo menos intenso que os prémios, atingindo o valor de 23.473 milhares de euros;
- Por fim, regista-se a taxa de sinistralidade de qualidade que se fixou nos 65,8%.



2.3. Proteção Jurídica

A exploração do ramo Proteção Jurídica no ano de 2012 foi positiva. Assim:

- A receita teve uma quebra de 8,1%, situando-se nos 4.519 milhares de euros;
- A sinistralidade teve uma descida muito acentuada - 76,1% - ficando nos 477 milhares de euros;
- Por fim, de registar a taxa de sinistralidade de grande qualidade que se fixou nos 10,6%.

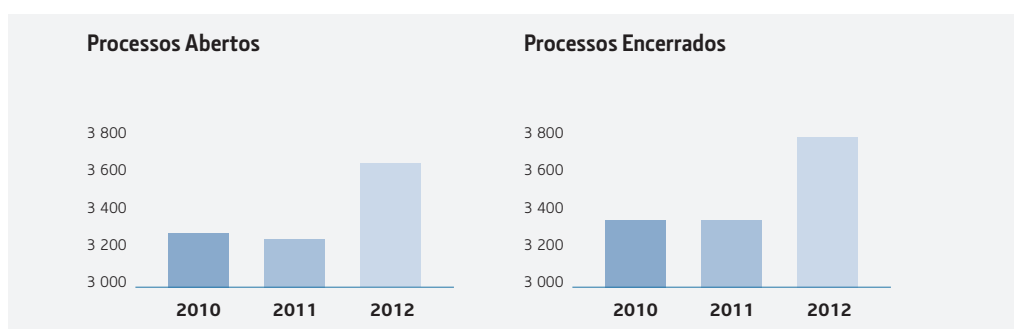


3. Atividade Empresarial da CARES

3.1. Área Jurídica

A área de Proteção Jurídica assistiu a um acréscimo de processos novos no corrente ano (13% em relação a 2011 e 10% em relação a 2010), mas manteve uma velocidade de encerramento superior a 100%, o que permitiu uma redução do número de processos pendentes.

O aumento verificado deve-se essencialmente à disponibilização de um novo serviço de proteção e defesa aos segurados, que consiste na reclamação de danos junto das congéneres por parte das Companhias Clientes da Cares, que nos casos de inexistência de acordo, origina o imediato acionamento da Proteção Jurídica.

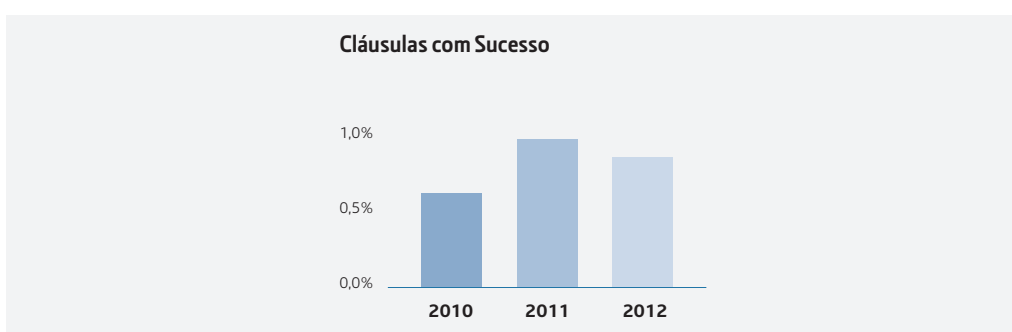


A área de Proteção Jurídica propôs-se em 2012 aumentar a percentagem de acordos extrajudiciais e reduzir o recurso à via judicial, bem como o tempo médio de gestão dos processos, objetivos que foram totalmente alcançados.

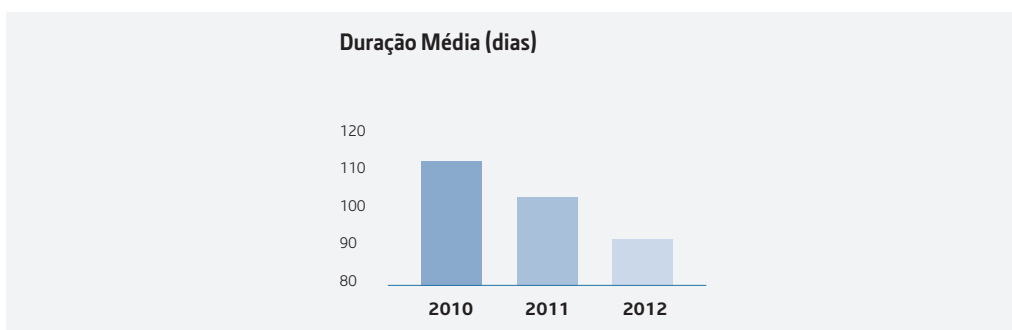
A concretização destes objetivos contribuiu para o aumento da satisfação dos clientes (que viram os seus processos resolvidos num menor espaço de tempo) e para a redução de custos (privilegiando a resolução extrajudicial dos litígios em detrimento da via judicial, salvaguardando sempre os direitos dos Segurados). Da totalidade dos processos encerrados:

- 37,1% - Foram resolvidos através de acordo extrajudicial;
- 9,6% - Foram resolvidos em Tribunal, através de livre escolha de Advogado por parte dos Segurados, com custos a cargo da Cares;
- 19,7% - As reclamações foram consideradas inviáveis;
- 19,4% - Os Segurados desistiram da reclamação;
- 13,6% - Sem Apólice válida ou sem enquadramento nas coberturas da mesma;
- 0,7% - Reembolsos aos clientes por decisões mais favoráveis ("cláusulas com sucesso").

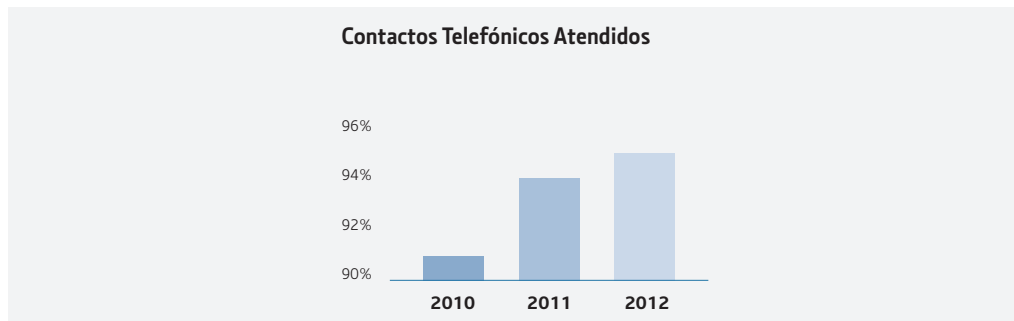
Um dos direitos dos Segurados, ao abrigo da Condição Especial de Proteção Jurídica, é recorrerem a expensas suas a Tribunal sempre que discordem das soluções preconizadas pela Entidade Gestora de Proteção Jurídica e serem reembolsados, dentro dos capitais seguros, sempre que consigam uma solução mais favorável (as designadas “cláusulas c/ sucesso”). Tendo em conta a totalidade dos processos encerrados, apenas 0,7% dos Segurados conseguiram uma solução mais favorável e foram reembolsados dos custos inerentes. Apesar de influenciados muitas vezes por fatores externos, é importante salientar estes resultados, na medida em que refletem a qualidade técnica do serviço prestado.



A duração média dos processos não judiciais, tal como planeado, tem vindo a reduzir anualmente.



Finalmente, a qualidade do atendimento telefónico melhorou relativamente aos anos anteriores, elevando-se o nível de eficácia para 95%, num universo de 12.784 contactos telefónicos recebidos.



3.2. Área de Operações

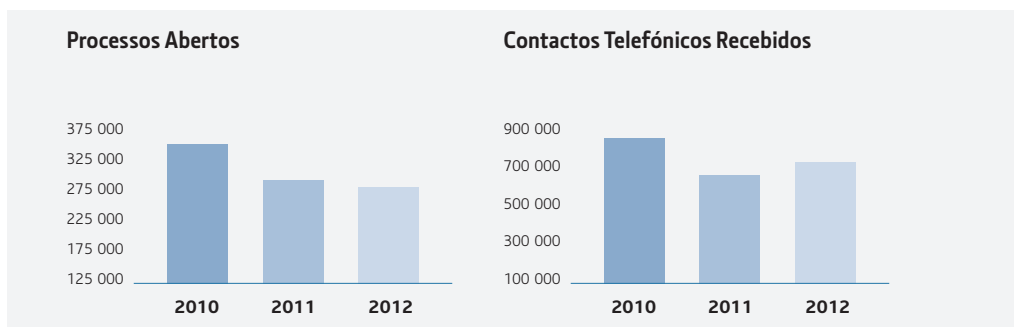
Dos momentos marcantes da Área de Operações no corrente ano salienta-se:

- fevereiro > Início do atendimento do novo produto Help-a-Home;
> Integração do setor administrativo na Área de Operações;
- março > Extensão da garantia de viatura de substituição a toda a carteira dos principais Clientes;
- maio > Reorganização das equipas de trabalho da Área de Operações com concentração num único espaço físico;
> Arranque do controlo das situações de Taxa de Alcoolémia no Sangue acima do previsto na Lei Portuguesa, com reembolso pelos Segurados dos custos inerentes à prestação de serviço efetuada;
- junho > Abertura de um pólo de atendimento em Évora no âmbito do Plano de Continuidade de Negócio;
- agosto > Arranque do processo de internacionalização da Companhia com o desenho do processo de assistência em viagem para Angola, e posterior deslocação ao local para validação dos pressupostos;
- outubro > Revisão de todos os processos, procedimentos e manuais de formação da Área de Operações;
- novembro > Desenho do processo de assistência em viagem e assistência doméstica para Cabo Verde, com posterior deslocação ao local para validação dos pressupostos;

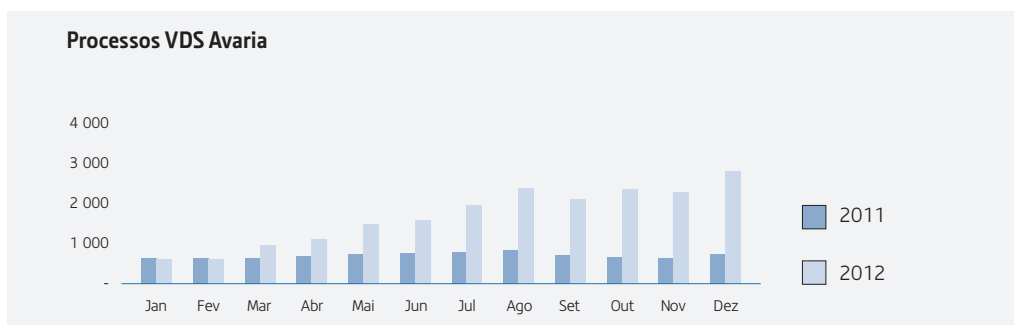
- > Introdução do serviço LOCALSAT;
- > Integração da plataforma Linkztrade no ERP para reserva de viaturas de aluguer, com ganhos operacionais de mais de 50% em tempos de processo. Salienta-se que a taxa de reserva com utilização da plataforma foi, no mês de novembro, de 12,7%, subindo no mês de dezembro para 52,6%.

3.2.1. Assistência em Viagem

No ano de 2012 manteve-se a tendência decrescente (-4,1%) no que ao número de processos abertos diz respeito. Assim, foram abertos 276.296 processos de assistência em viagem.



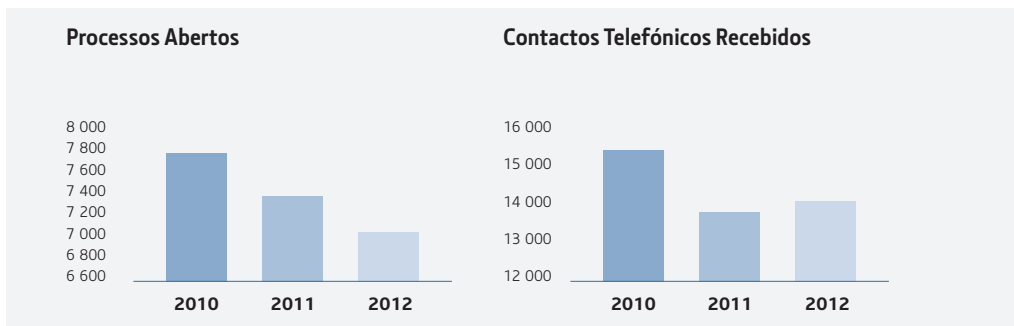
No que refere ao atendimento telefónico, aumentou significativamente (+13,3%) o número de contactos telefónicos recebidos, com particular ênfase a partir do segundo trimestre, passando de 661.810 em 2011 para 749.705 em 2012. A variação que se verificou teve por base a extensão da cobertura de viatura de substituição por avaria à globalidade das carteiras dos principais Clientes da Companhia.



A extensão desta garantia representou um aumento de 157,9% no número de pedidos de viatura de substituição no ano de 2012. De um total de 8.367 solicitações em 2011 passou-se para 21.575 em 2012.

3.2.2. Assistência Doméstica

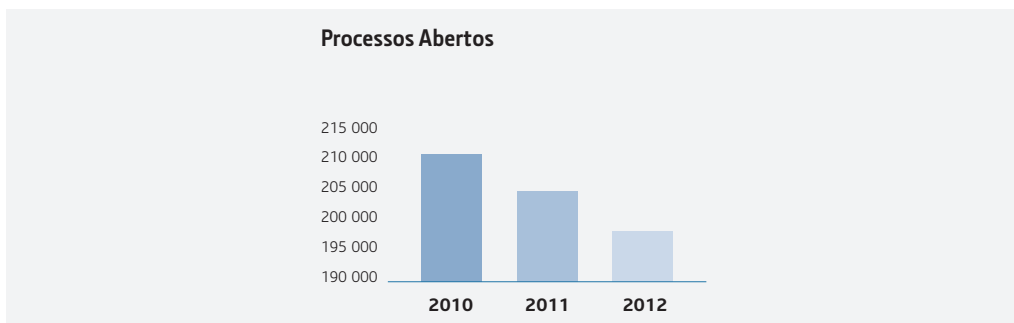
Ao nível da Assistência Doméstica verificou-se igualmente uma tendência decrescente (-4,0%) no número de processos abertos no ano de 2012. Dos 7.337 processos de assistência doméstica abertos no ano de 2011, passou-se para 7.042 em 2012.



O atendimento telefónico, registou um ligeiro aumento (+1,6%) durante o ano de 2012 que ficou a dever-se a contactos relacionados com o lançamento do produto Help-a-Home. Assim, dos 7.337 processos abertos em 2011 passou-se, em 2012, para 7.042 processos abertos.

3.2.3. Assistência a Sinistrados de Acidentes de Trabalho

A assistência a sinistrados de Acidentes de Trabalho, que consiste no fornecimento de transporte adequado às necessidades dos mesmos, registou no ano de 2012 um decréscimo de 3,2% nos processos abertos.



Assim, o número de processos abertos, baixou de 204.634 em 2011 para 197.987 em 2012.

3.2.4. Setor Administrativo

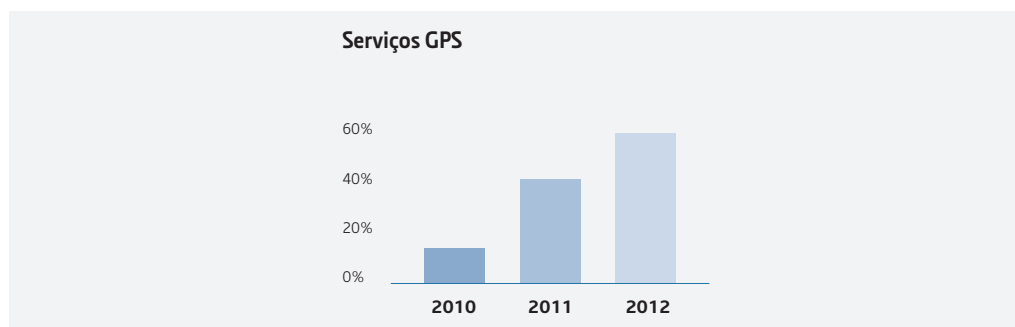
O Setor Administrativo centraliza todas as tarefas relativas à assistência com cariz administrativo, propiciando que os operacionais se foquem nas atividades core de assistência aos segurados.

A atividade mais importante deste setor está relacionada com a faturação dos prestadores. Ao longo de 2012, esta equipa, em parceria com a equipa de Gestão de Fornecedores, promoveu junto da rede a adesão à faturação electrónica, garantindo no final do ano que 88% da faturação fosse processada desta forma.

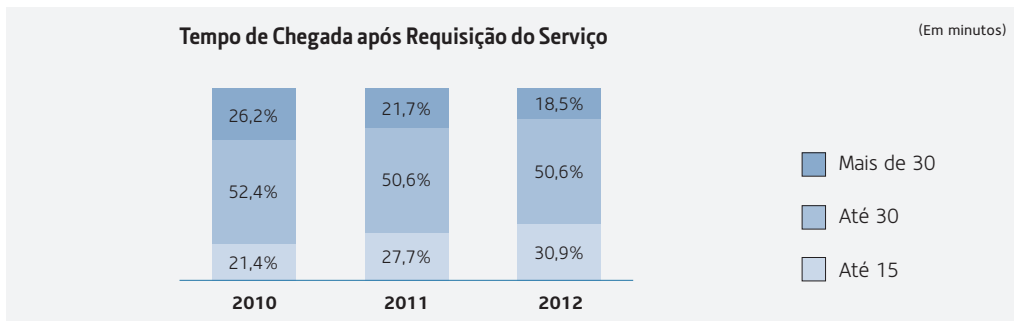
O corolário deste trabalho foi um decréscimo de 59,0% no número de faturas a necessitar de intervenção de controlo para correção. Assim, este setor interveio em 115.702 faturas de um total anual de 598.767.

3.2.5. Gestão de Fornecedores

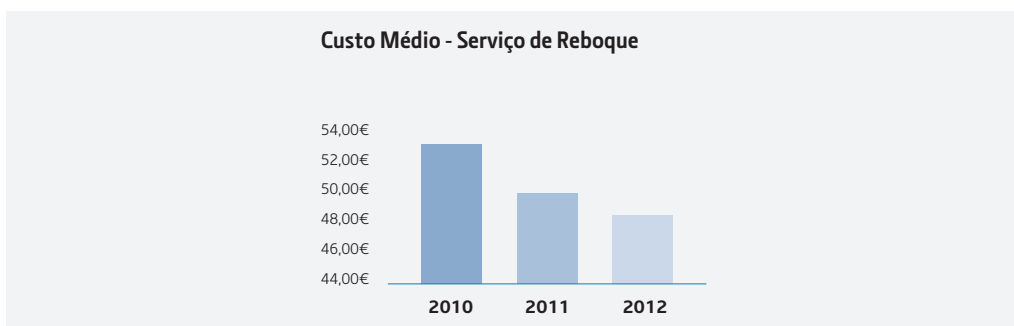
Continuou o trabalho de disseminação do serviço de GPS para rebocadores, sendo o mesmo estendido a mais 36 concelhos (13% dos concelhos de Portugal Continental). Neste contexto, o número de serviços atribuídos por GPS aumentou no ano de 2012 para 119.311.



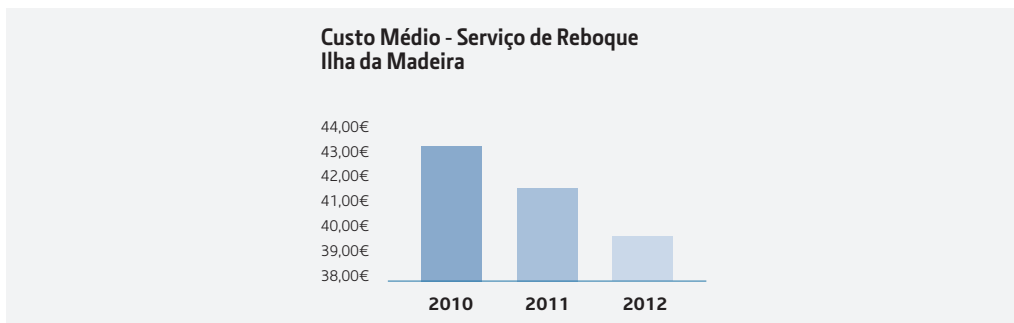
Como é sabido, a implementação desta solução aporta qualidade no serviço prestado aos Segurados em termos de tempo de chegada ao local do sinistro, como fica patente no gráfico seguinte:



A par do trabalho constante de aumento da qualidade do serviço prestado aos segurados é desenvolvido outro, também de grande importância, que se prende com o custo dos serviços prestados. Neste contexto, no gráfico abaixo ilustra-se a evolução do custo médio (s/IVA) do serviço de reboque. No ano de 2012 o referido custo teve uma descida de 3,0%, que representa cerca de € 350.000 de poupança em base anual.



Para garantir este tipo de redução de custos são utilizadas várias estratégias de negociação. A implementação de um preço único (independentemente da quilometragem associada ao serviço) no serviço de reboque na Ilha da Madeira é um exemplo prático desta atuação.



Com a medida introduzida verifica-se uma diminuição no custo médio do serviço de reboque de 4,3%, que representa uma poupança por serviço de € 1,78 por serviço.

3.3. Área de Produtos, Comercial e Marketing

No ano de 2012 foi invertida a tendência verificada nos últimos de contração do volume de negócio.

Este importante passo na vida da Companhia foi possível mercê do aprofundamento das linhas de negócio com as principais Companhias Clientes. Neste contexto, destaca-se de seguida alguns dos factos, que consideramos mais significativos, ocorridos durante o ano de 2012:

a) Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

- Dentro do conceito de produtos para venda “stand alone”, foi iniciada a comercialização do produto de assistência doméstica Help-a-Home;
- Foi efetuada a extensão a toda a carteira da garantia de veículo de substituição por avaria;
- Foi criado um novo produto de Assistência em Viagem destinado ao segmento empresarial;
- Foi também concebido e lançado um produto de Proteção Jurídica para a carteira de Responsabilidade Civil Geral.

b) Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.

- Foi lançada a cobertura de veículo de substituição por avaria na carteira de nível base da Assistência;
- Iniciou-se a comercialização de um produto Automóvel low cost com uma nova marca, em que a Cares assegura a Assistência em Viagem;
- Foi criado e comercializado um produto de Assistência e Proteção Jurídica para a carteira de Multiriscos Habitação;
- Foi criado um produto de Assistência para as apólices de Viagem.

c) Universal Seguros

- Foi lançada a comercialização de apólices temporárias de Viagens;
- Foi lançado um conjunto de seguros associados a cartões bancários cuja Assistência fica cargo da Cares;
- Também foi desenvolvido um seguro de Assistência em viagem para a respetiva carteira Automóvel e um produto de Assistência associado ao Seguro de Saúde, cujos lançamentos acontecerão no primeiro semestre de 2013;
- Estão atualmente em estudo/conceção novos produtos, nomeadamente um seguro de Assistência em Viagem para trabalhadores imigrados e a cobertura de Proteção Jurídica para a carteira Automóvel.

d) GARANTIA - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.

- Está em desenvolvimento um seguro de Assistência em viagem para a respetiva carteira Automóvel e um produto de Assistência Doméstica, a lançar em 2013;

3.4. Sistemas de Informação

Durante o ano de 2012 os projetos mais relevantes desenvolvidos pela Área de Sistemas de Informação foram os seguintes:

- Desenvolvimento do módulo de gestão de processos de Assistência Informática no âmbito do produto Help-a-Home e integração com os sistemas dos nossos fornecedores;
- Desenvolvimento do software de Cópia de Segurança Online para o produto Help-a-Home;
- Implementação tecnológica do 2º pólo de atendimento em Évora, no âmbito da implementação do Plano de Continuidade de Negócio da Companhia;
- Automatização das requisições de serviços de veículo de aluguer através da integração do sistema da CARES com a plataforma Link2Trade;
- Alteração e certificação do software de faturação dos fornecedores na Extranet de forma a cumprir os requisitos legais em vigor;
- Desenvolvimento do processo de validação de faturas eletrónicas de fornecedores prévio à sua emissão, por forma a diminuir o número de notas de crédito enviadas por estes;
- Implementação do 2º Broker de GPS para fornecedores de reboque.

3.5. Recursos Humanos

3.5.1. Dimensionamento

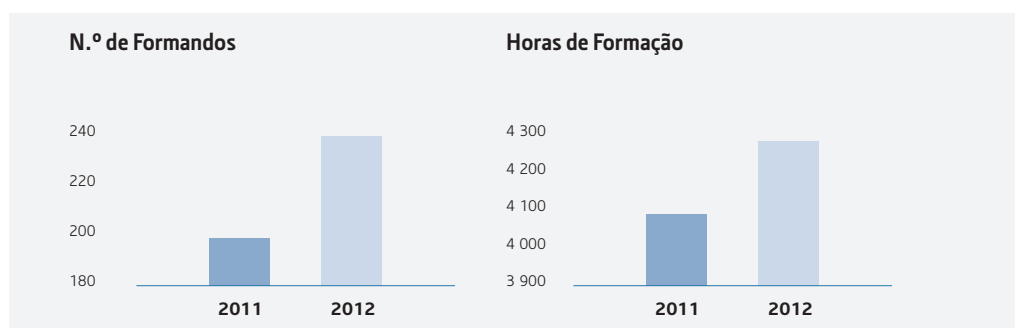
O quadro de pessoal da Companhia à data de 31 de dezembro de 2012 apresentava a seguinte composição:

Tipo de Contrato	Tempo Inteiro	Tempo Parcial
Contrato s/ Termo	90	21
Contrato a Termo	2	17
Cedidos pela Cares Seguros	-3	-
Subtotais	89	38
Total		127

3.5.2. Formação

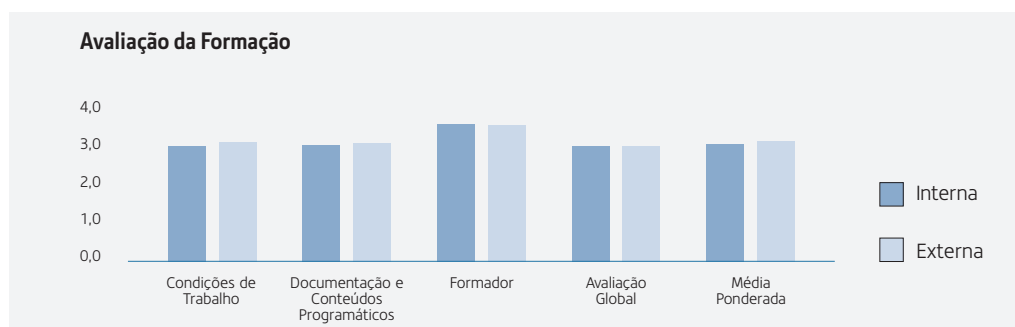
No ano de 2012 verificou-se um aumento (+18,5%) do número total de formandos face ao ano de 2011, justificado pela manutenção da aposta no desenvolvimento de competências nas línguas estrangeiras e na microinformática.

A par do aumento do número de formandos, também o total de horas de formação ministradas em 2012 aumentou (+4,7%), atingindo as 4.259 horas de formação.



3.5.3. Satisfação/Avaliação dos Formandos

É preocupação central da Companhia ouvir a opinião dos colaboradores sobre a formação que lhes foi ministrada. Neste contexto, após a conclusão de cada ação de formação, o formando é convidado para, de forma anónima, fazer a sua avaliação de forma estruturada conforme gráfico seguinte:

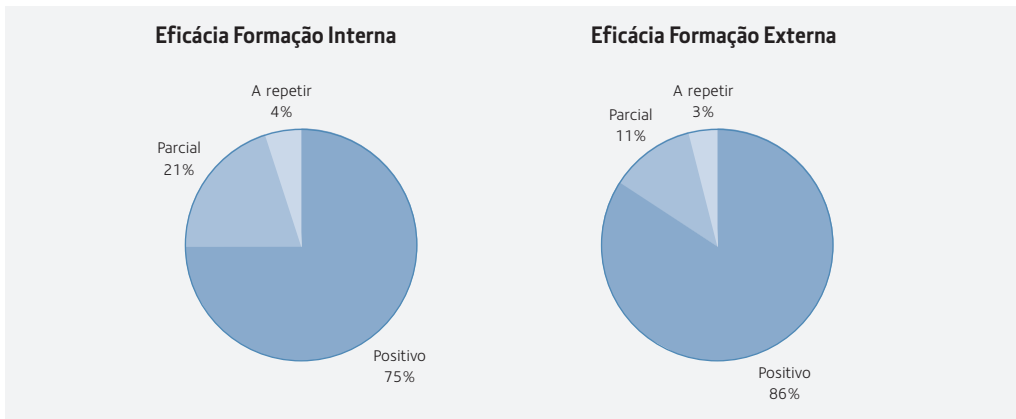


Esta avaliação é efetuada numa escala de 1 a 4, sendo a nota máxima de 4. Salienta-se pela positiva o facto de termos incluído quatro novos formadores (formação interna) sem degradação do grau de satisfação dos colaboradores.

3.5.4. Avaliação da Eficácia da Formação

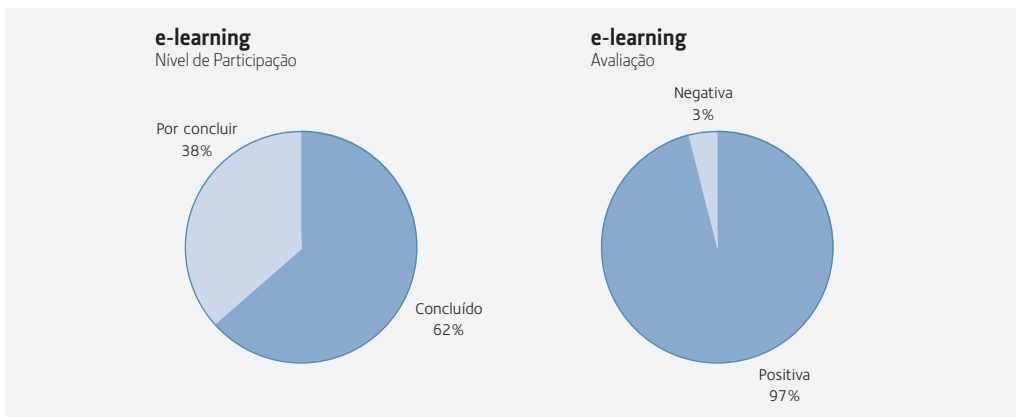
Até seis meses após cada ação de formação, ao responsável hierárquico dos formandos é solicitado que indique se os objetivos propostos em cada ação de formação foram atingidos ou se serão necessárias medidas complementares ou corretivas. Assim, a eficácia da formação é avaliada pelo responsável hierárquico assumindo os valores Positivo, Parcial e a Repetir.

Os resultados atingidos no ano de 2012 foram os seguintes:



3.5.5. Ferramenta de e-learning

Em dezembro de 2012, a Companhia lançou uma ferramenta de e-learning, utilizando como temática uma formação transversal ao Grupo Caixa Seguros sobre o Plano de Continuidade de Negócio do Grupo.



Foi solicitado a todos os colaboradores que efetivassem a formação atrás mencionada, sendo que 62% da dotação concluiu nos primeiros 30 dias. No final da mesma, é questionado aos colaboradores se na sua opinião a formação é útil para entender corretamente o Plano de Continuidade de Negócio do Grupo Caixa Seguros, sendo que 97% dos colaboradores a consideraram como um contributo positivo.

3.6. Sistema de Gestão da Qualidade

Decorridos dois anos desde a certificação da qualidade pela norma ISO 9001:2008 e imbuídos do espírito de procura da melhoria contínua, satisfação dos seus clientes e motivação dos colaboradores, a Companhia envolveu todos os gestores de processo do Sistema de Gestão de Qualidade numa ação de formação da qual resultou a redefinição de objetivos, indicadores, métricas de gestão e, por último, o rever dos processos, com vista à obtenção de ganhos de eficiência e melhoria do desempenho.

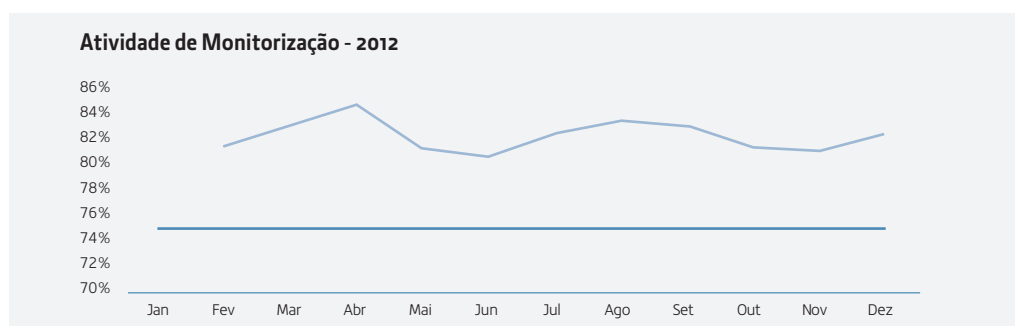
Em sentido descendente foi distribuído a todos os colaboradores da empresa um caderno informativo designado “Tudo o que não pode deixar de saber sobre o SGQ!” que de uma forma prática e descontraída permitiu a sensibilização para os principais conceitos do Sistema de Gestão de Qualidade da Cares.

Foram desenvolvidas três auditorias internas e uma auditoria externa pela APCER que culminou com a manutenção da certificação da qualidade.

3.7. Eficácia Interna

3.7.1. Monitorização de Contactos Telefónicos

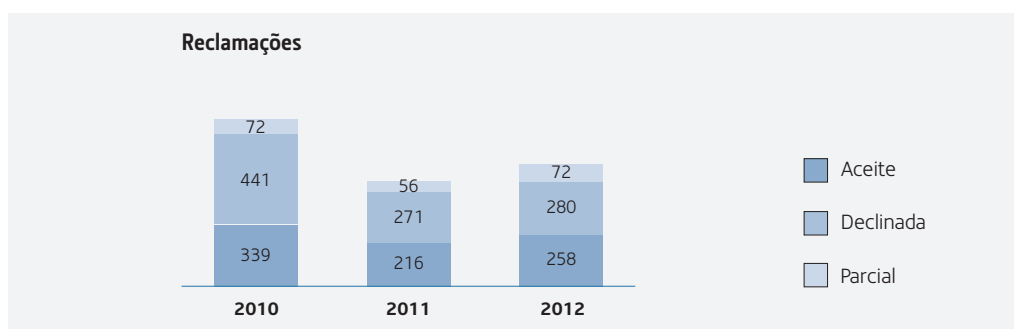
Para efeitos de avaliação da qualidade e eficácia internas, durante o ano de 2012, foram monitorados 3.146 contactos telefónicos. A Companhia adotou esta prática em 2010, no sentido de apurar sistematicamente a qualidade do serviço prestado, bem como o alinhamento do atendimento.



Ao longo do ano de 2012 qualidade média do atendimento manteve-se sistematicamente acima do objetivo que era de 75%.

3.7.2. Reclamações

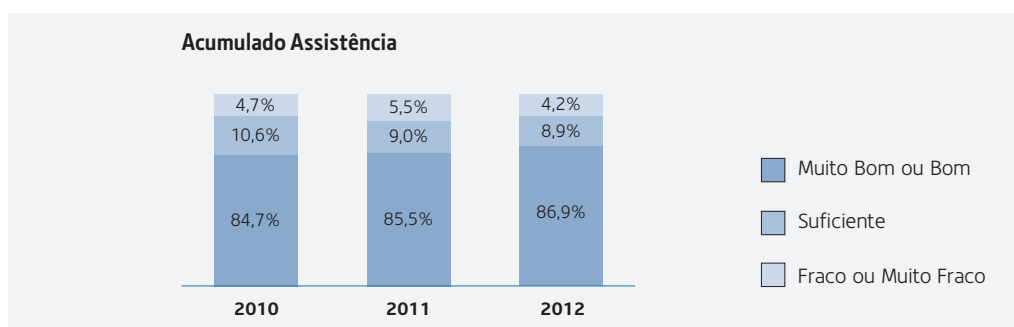
A prestação do serviço da Companhia foi objeto de 610 reclamações no ano de 2012, que representa um aumento de 12,3% relativamente a 2011, que tinha registado 543 ocorrências. Salienta-se no entanto, que a taxa de reclamações foi no ano corrente de 0,22%, valor não significativo, que atesta a qualidade na prestação do serviço.



Das reclamações recebidas em 2012, 54,1% foram aceites, sendo que 42,3% tiveram acolhimento total e 11,8% parcial. O motivo mais frequente de reclamação continua a estar relacionado com danos em veículos ocorridos durante o seu transporte.

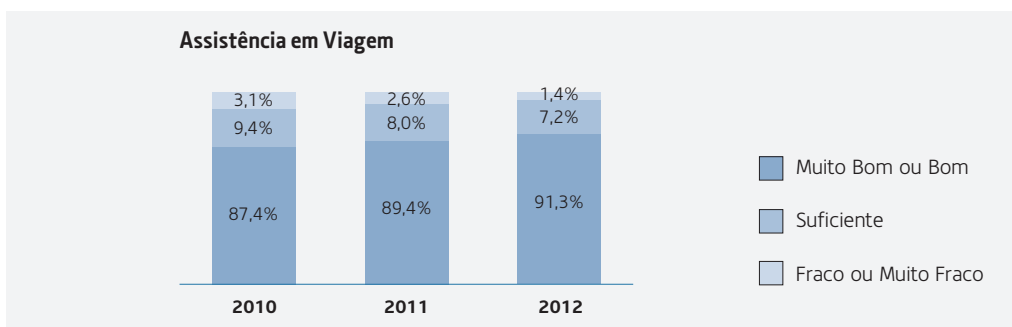
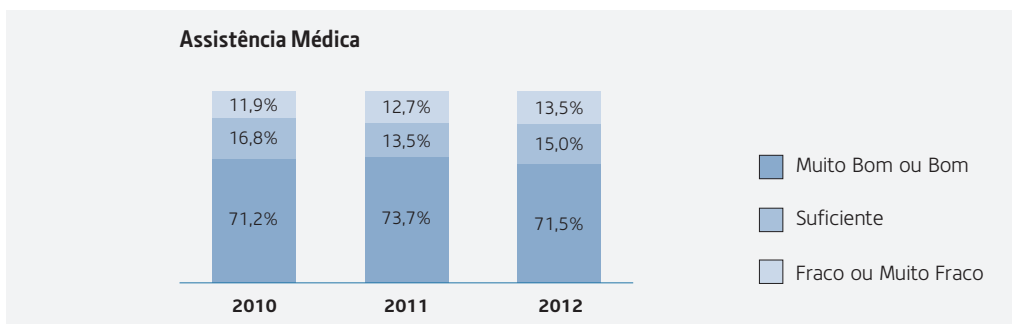
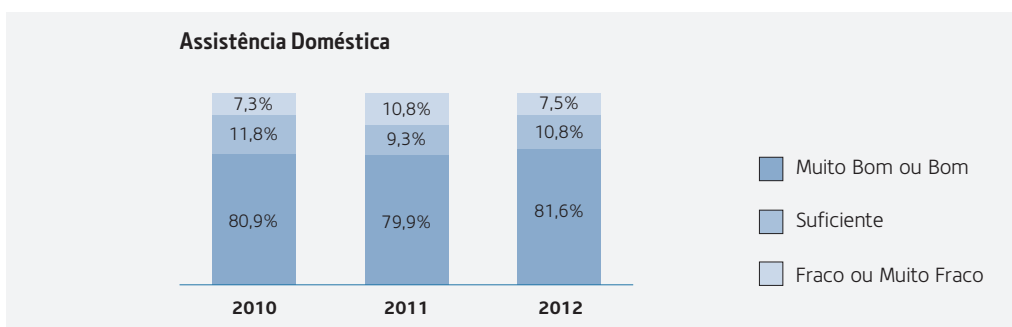
3.7.3. Inquéritos de Satisfação

Durante o ano de 2012, abrangendo as áreas de Assistência Doméstica, Assistência Médica e Assistência em Viagem foram efetuados 2.477 inquéritos de satisfação (por escrito) aos segurados, sendo obtido o seguinte resultado global:



Salienta-se que os objetivos da Companhia para o ano de 2012 eram que as notações de Muito Bom e Bom fossem superiores a 80% e as de Fraco e Muito Fraco inferiores a 5%. Salienta-se igualmente a tendência crescente da notação de Muito Bom e Bom nos últimos três anos.

Por tipo de Assistência os resultados obtidos foram os seguintes:



Em resumo no ano de 2012, resulta que os Segurados classificaram como Muito Bom ou Bom o nível de serviço em:

- 81,6% das situações de Assistência Doméstica;
- 71,5% das situações de Assistência Médica;
- 91,3% das situações de Assistência em Viagem.

Em paralelo e no tocante à Assistência a Sinistrados de Acidentes de Trabalho, foram ao longo do ano de 2012, efetuados 4.841 inquéritos telefónicos aos sinistrados transportados, apurando-se um nível de satisfação de 99,6%.

3.8. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe ao Acionista que o Resultado Líquido do Exercício apurado no montante de € 7.086.709,40 tenha a seguinte aplicação:

- Reserva legal: € 708.670,94, ficando o remanescente à disposição do Senhor Acionista.

3.9. Agradecimentos

O Conselho de Administração quer deixar expressos os seus agradecimentos:

- Aos Clientes e Fornecedores pelo apoio constantemente recebido;
- À Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das empresas de seguros em áreas de interesse comum;
- Ao Acionista pelo apoio concedido ao longo do exercício;
- Às autoridades de supervisão, em particular o Instituto de Seguros de Portugal, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- Aos elementos da Mesa da Assembleia-Geral, do Conselho Fiscal e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho demonstrados no acompanhamento e controlo da atividade da Companhia;
- Aos colaboradores que, com dedicação e profissionalismo, têm contribuído para o desenvolvimento da Companhia.

Lisboa, 5 de março de 2013

O Conselho de Administração

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Relação dos acionistas que em 31.12.2012 detinham pelo menos 1/10 do Capital Social (Artigo 448, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais):

Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	1 500 000 ações

Ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização em 31.12.2012 (Artigo 447º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais):

Nenhuma

2. Demonstrações Financeiras

em 31 de dezembro de 2012

Balancos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balanço	31/12/2012		31/12/2011	
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos		Valor Líquido
	ATIVO				
5 e 7	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 043 888	-	11 043 888	7 289 074
5 e 6	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	518 498	-	518 498	521 263
	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
5	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	278 535	-	278 535	326 324
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
5	Ativos financeiros disponíveis para venda	50 774 488	(48 862)	50 725 626	46 150 732
	Empréstimos e contas a receber				
5	Depósitos junto de empresas cedentes	2 166	-	2 166	2 940
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
5	Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	755 266
	Terrenos e edifícios				
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
8	Terrenos e edifícios de rendimento	595 000	-	595 000	640 000
9	Outros ativos tangíveis	1 006 400	(933 871)	72 529	100 494
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
11	Outros ativos intangíveis	216 485	(215 627)	858	2 338
	Provisões técnicas de resseguro cedido				
	Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	-	-	-	-
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
	Outros devedores por operações de seguros e outras operações				
5	Contas a receber por operações de seguro directo	-	-	-	746
5	Contas a receber por outras operações de resseguro	1 716 770	-	1 716 770	2 507 079
5	Contas a receber por outras operações	66 418	-	66 418	68 984
	Ativos por impostos				
21	Ativos por impostos correntes	-	-	-	-
21	Ativos por impostos diferidos	144 252	-	144 252	751 191
26	Acréscimos e diferimentos	61 087	-	61 087	115 778
	TOTAL ATIVO	66 423 987	(1 198 360)	65 225 627	59 232 209

Balanços em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Balço	31/12/2012	31/12/2011
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas		
4	Provisão para prémios não adquiridos	17 969 122	16 991 087
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros		
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
4	De outros ramos	19 213 133	21 341 172
4	Provisão para participação nos resultados	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
4	Provisão para riscos em curso	1 081	1 919
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
20	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	12 001
	Outros credores por operações de seguros e outras operações		
5	Contas a pagar por operações de seguro direto	-	61
5	Contas a pagar por outras operações de resseguro	203 864	128 884
5	Contas a pagar por outras operações	273 814	262 529
	Passivos por impostos		
21	Passivos por impostos correntes	2 460 409	2 123 215
21	Passivos por impostos diferidos	616 700	23 767
26	Acréscimos e diferimentos	639 883	475 751
12	Outras provisões	456 284	700 953
	TOTAL DO PASSIVO	41 834 290	42 061 339
	CAPITAL PRÓPRIO		
22	Capital	7 500 000	7 500 000
	(Ações Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
23	Reservas de reavaliação		
23	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	2 126 551	(888 898)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	De diferenças de câmbio	-	2 766
23	Reserva por impostos diferidos	(616 700)	262 225
23	Outras reservas	7 090 276	5 605 028
23	Resultados transitados	204 501	180 428
23	Resultado líquido do exercício	7 086 709	4 509 321
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	23 391 337	17 170 870
	TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	65 225 627	59 232 209

Conta de Ganhos e Perdas para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Contas de Ganhos e Perdas	2012		2011	
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Total
	Prémios emitidos líquidos de resseguro				
13	Prémios brutos emitidos	41 159 987	-	41 159 987	35 864 639
13	Prémios de resseguro cedido	(3 800)	-	(3 800)	(4 000)
13	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(958 810)	-	(958 810)	2 481 286
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	-	-	-
	Comissões de contratos de seguro e operações considerado para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro				
	Montantes pagos				
4	Montantes brutos	(29 760 400)	-	(29 760 400)	(32 345 956)
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Provisão para sinistros (variação)				
4	Montante bruto	1 714 805	-	1 714 805	3 457 323
4	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	838	-	838	(1 718)
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	-	-	-	-
	Montante bruto	-	-	-	-
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-
4	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(3 097 659)	-	(3 097 659)	(2 588 708)
	Custos e gastos de exploração líquidos				
18	Custos de aquisição	(131 024)	-	(131 024)	(161 695)
18	Custos de aquisição diferidos (variação)	(19 225)	-	(19 225)	235
18	Gastos administrativos	(356 258)	-	(356 258)	(507 272)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	-	-	-
	Rendimentos				
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
14	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1 500 650	21 688	1 522 338	1 433 462
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
14	Outros	2 521	-	2 521	26 567
	Gastos financeiros				
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
18	Outros	279 649	-	279 649	(338 378)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas				
15	De ativos disponíveis para venda	(43 501)	-	(43 501)	(124 302)
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas				
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros				
16	classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	42 934	-	42 934	(10 801)
17	Diferenças de câmbio	-	-	-	-
8 e 16	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(45 000)	-	(45 000)	(110 000)
	Perdas de imparidade (líquidas de reversões)				
5 e 16	De ativos disponíveis para venda	(1 633)	-	(1 633)	4 049
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
5	De investimentos a deter até à maturidade	(361 110)	-	(361 110)	(860 364)
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-
12	Outras provisões (variação)	-	-	-	(93)
	Outros rendimentos/gastos	-	(5 711)	(5 711)	(16 900)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	9 922 964	15 977	9 938 941	6 197 374
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	(2 531 286)	(2 531 286)	(2 045 772)
21	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(320 946)	(320 946)	357 719
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9 922 964	(2 836 255)	7 086 709	4 509 321

Demonstrações de Variações do Capital Próprio para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

Notas do Anexo	Demonstração de variações do capital próprio	Capital social	Reservas de reavaliação			Outras reservas		Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total	
			Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	De diferenças de câmbio	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal				Outras reservas
	Saldo em 31 de dezembro de 2010	7 500 000	-	(784 597)	-	207 918	1 631 532	2 867 823	180 428	5 305 673	16 908 777
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(104 301)	-	-	-	-	-	-	(104 301)
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	2 766	-	-	-	-	-	2 766
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	54 307	-	-	-	-	54 307
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	550 000	555 673	-	(1 105 673)	-
23	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 200 000)	(4 200 000)
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4 509 321	4 509 321
	Saldo em 31 de dezembro de 2011	7 500 000	-	(888 898)	2 766	262 225	2 181 532	3 423 496	180 428	4 509 321	17 170 870
23	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	3 015 449	-	-	-	-	-	-	3 015 449
	Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	(2 766)	-	-	-	-	-	(2 766)
23	Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	-	(878 925)	-	-	-	-	(878 925)
23	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	450 000	1 035 248	24 073	(1 509 321)	-
23	Distribuição de lucros/prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	-	(3 000 000)	(3 000 000)
	Total das variações do capital próprio	7 500 000	-	2 126 551	-	(616 700)	2 631 532	4 458 744	204 501	-	16 304 628
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	7 086 709	7 086 709
	Saldo em 31 de dezembro de 2012	7 500 000	-	2 126 551	-	(616 700)	2 631 532	4 458 744	204 501	7 086 709	23 391 337

Demonstrações do Rendimento Integral para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2012	2011
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7 086 709	4 509 321
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda:		
Valor bruto	3 015 449	(104 301)
Imposto diferido	(878 925)	54 307
Variação em valias cambiais	(2 766)	2 766
RENDIMENTO RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	2 133 758	(47 228)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	9 220 467	4 462 093

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Nº de Identificação Fiscal: 503 411 515

(Valores em Euros)

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	7 086 709	4 509 321
Amortizações	72 923	86 872
Variação de provisões	(1 407 511)	(5 089 859)
Resultados financeiros	(1 396 199)	(329 871)
Ganhos na alienação de imobilizações	-	-
Perdas na alienação de imobilizações	-	-
(Aumento)/Diminuição das dívidas de terceiros	793 620	1 211 438
(Aumento)/Diminuição das existências	-	-
Aumento/(Diminuição) das dívidas a terceiros	423 398	369 696
(Aumento)/Diminuição dos custos diferidos	48 459	(37 355)
Aumento/(Diminuição) dos proveitos diferidos	(3 598)	-
(Aumento)/Diminuição dos acréscimos de proveitos	6 232	11 625
Aumento/(Diminuição) dos acréscimos de custos	167 729	(76 093)
Aumento/(Diminuição) dos impostos diferidos	320 946	(378 193)
Fluxos das atividades operacionais (1)	6 112 709	277 582
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	1 195 194
Imobilizações corpóreas	-	-
Imobilizações incorpóreas	-	-
Empréstimos concedidos	-	-
Subsídios ao investimento	-	-
Juros e proveitos similares	1 396 199	493 621
Dividendos	1 396 199	1 688 815
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	710 617	-
Imobilizações corpóreas	43 478	28 017
Imobilizações incorpóreas	-	2 572
Empréstimos concedidos	-	-
Fluxos das atividades de investimento (2)	642 104	1 658 226
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	-	-
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	-	-
Subsídios e doações	-	-
Venda de ações (quotas) próprias	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-	-
Amortizações de contratos de locação financeira	-	163 750
Juros e custos similares	-	4 200 000
Dividendos	3 000 000	-
Reduções de capital e prestações suplementares	-	-
Aquisição de ações (quotas) próprias	-	-
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(3 000 000)	(4 363 750)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	3 754 814	(2 427 942)
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	7 289 074	9 717 017
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11 043 888	7 289 074

3. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2012

1. Constituição e Atividade

A CARES – Companhia de Seguros, S.A. (Companhia ou Cares) foi constituída em 16 de março de 1995 com a denominação social de “Companhia de Seguros Tagus – Seguros de Assistência, S.A.”, alterada para “CARES – Companhia de Seguros de Assistência, S.A.” em 31 de março de 1998. Em 23 de abril de 2002, a denominação social foi alterada para a atual.

A Companhia, pessoa coletiva n.º 503.411.515 matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o mesmo número, tem sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa n.º 13, 7º andar.

A Companhia tem como objeto social o exercício da atividade de seguros nos ramos de Assistência e Proteção Jurídica, para a qual obteve as devidas autorizações do Instituto de Seguros de Portugal (“ISP”).

Conforme indicado na Nota 22, a Companhia é integralmente detida pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. (entidade inserida no Grupo Caixa Geral de Depósitos) e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de março de 2013 e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Companhia admite que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. Informação por Segmentos

Nos exercícios de 2012 e 2011 todos os prémios brutos emitidos são provenientes de contratos celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2012 e 2011 a distribuição dos resultados por linhas de negócio é a seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	2012		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		Total
Proteção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos	4 577 580	36 582 407	41 159 987
Prémios adquiridos de resseguro cedido	-	(3 800)	(3 800)
Prémios brutos adquiridos	4 518 663	35 682 514	40 201 177
Resultado dos investimentos	362 819	1 011 691	1 374 510
Custos com sinistros brutos	(1 281 812)	(26 763 783)	(28 045 595)
Custos de exploração brutos	(55 665)	(450 842)	(506 507)
Participação nos resultados	(1 927 716)	(1 169 943)	(3 097 659)
Variação da provisão para riscos em curso	620	218	838
Resultado técnico	1 616 909	8 306 055	9 922 964
Ativos afetos		57 354 609	
Provisões técnicas	9 622 126	27 561 210	37 183 336

(Valores em Euros)

Rubricas	2011		
	Ramos Não Vida		
	Diversos		Total
Proteção Jurídica	Assistência		
Prémios brutos emitidos	4 294 433	31 570 206	35 864 639
Prémios adquiridos de resseguro cedido	-	(4 000)	(4 000)
Prémios brutos adquiridos	4 914 788	33 431 137	38 345 925
Resultado dos investimentos	57 255	186 310	243 565
Custos com sinistros brutos	(1 600 787)	(27 287 846)	(28 888 633)
Custos de exploração brutos	(80 444)	(588 288)	(668 732)
Participação nos resultados	(1 849 180)	(739 528)	(2 588 708)
Variação da provisão para riscos em curso	(620)	(1 098)	(1 718)
Resultado técnico	1 441 012	4 996 687	6 437 699
Ativos afetos		52 062 758	
Provisões técnicas	9 527 295	28 806 883	38 334 178

3. Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCEs), aprovado pela Norma nº 4/2007 – R, de 27 de abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007- R, de 31 de dezembro, ambas do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

3.1. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os proveitos e os custos são reconhecidos contabilisticamente em função do período em que ocorrem as transações que lhes estão subjacentes, independentemente do momento em que se efetuam as cobranças e os pagamentos.

Dado que os prémios são registados como proveitos no momento da emissão ou renovação das respetivas apólices e os sinistros quando são participados pelos segurados, é necessário efetuar as respetivas periodificações de proveitos e custos. Estas periodificações afetam, basicamente, as seguintes rubricas:

i) Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios brutos emitidos de contratos de seguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, à parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere.

Esta provisão é determinada por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite.

As despesas incorridas com a aquisição de contrato de seguro e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas do ISP, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

ii) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

Reflete a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros ocorridos e não participados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

O cálculo da provisão para sinistros declarados é efetuado através da estimativa sinistro a sinistro, considerando uma margem de prudência, sendo deduzido ao valor das responsabilidades apuradas o montante dos custos já pagos relativamente a esses sinistros.

A provisão para sinistros ocorridos e não participados (IBNR) é constituída com base em elementos estatísticos referentes à atividade da Companhia.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e o número de processos geridos, aplicado ao número de sinistros que se encontram em aberto no final do exercício, acrescido da estimativa de sinistros IBNR.

As provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

iv) Provisão para participação nos resultados

A maioria dos contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes prevê uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

b) Investimentos em filiais

As filiais são registadas pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

c) Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso que é:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 – 8
Equipamento informático	3
Instalações interiores	10
Material de transporte	4
Outro equipamento	8

d) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados na rubrica “Encargos com serviços e comissões”. Nas restantes situações, estes custos

são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação, que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option"). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e que informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta categoria inclui os seguintes instrumentos financeiros aqui registados quando do reconhecimento inicial:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em “Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversões)”, respetivamente.

Para determinação dos resultados na venda, os ativos vendidos são valorizados pelo custo médio de aquisição.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da conta de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos - Outros”, quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos em instituições de crédito e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em “Outros devedores por operações de seguros e outras operações”.

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos financeiros a deter até à maturidade

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada que a Companhia tem a intenção e a capacidade de deter até à maturidade. Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data do balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolso de capital e perdas por imparidade e ajustada pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da conta de ganhos e perdas.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas e Ativos financeiros disponíveis para venda, são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor de ativos financeiros é determinado por um órgão do Grupo onde a Companhia se insere, com base em:

- Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transacionados em mercados ativos;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:
 - Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;

- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.
- Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

e) Reclassificação de ativos financeiros entre categorias

A Companhia poderá reclassificar ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade definida da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e capacidade de deter esses ativos financeiros até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efetuadas pelo justo valor dos ativos financeiros reclassificados à data da reclassificação. A diferença entre o justo valor e o respetivo valor nominal, bem como a reserva de justo valor à data da reclassificação são reconhecidas escalonadamente na conta de ganhos e perdas até à maturidade, com base no método da taxa efetiva.

f) Imparidade de ativos financeiros

Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 3.1. d) ii), os ativos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica “Reservas de reavaliação”.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

São considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

i. Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;

ii. Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de possível “default” do emitente através da notação do “rating”, existam factos conhecidos relevantes que estejam em curso e apontem para a possibilidade de reestruturação da dívida ou existam incumprimentos na amortização do capital e/ou no pagamento de juros.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados foram considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 24 meses.

Adicionalmente, foi ainda considerada como evidência objetiva de imparidade a existência de menos-valias potenciais superiores a 30% que se tenham mantido por mais de nove meses.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas na “Reserva de justo valor”. Caso, posteriormente, sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção. O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem igualmente ser revertidas.

As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, podendo ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

Ativos financeiros a deter até à maturidade

Conforme referido na Nota 3.1. d) iv), os ativos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo amortizado.

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, o valor de balanço destes ativos é corrigido por contrapartida de “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” na conta de ganhos e perdas.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de possível “default” do emitente através da notação do “rating” ou existam factos conhecidos relevantes que estejam em curso que apontem para a possibilidade de reestruturação da dívida ou existam incumprimentos na amortização do capital e/ou no pagamento de juros.

O valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros a receber do ativo, descontados à respetiva taxa efetiva.

As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, podendo ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração no valor recuperável estimado do título, resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

g) Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações anuais. As variações no justo valor são refletidas em resultados, na rubrica “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

h) Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de “software” utilizado na prossecução das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de “software” são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

i) Férias, subsídio de férias e compensação pecuniária extraordinária

De acordo com a legislação vigente, os empregados têm direito a um mês de férias anual e um mês de subsídio de férias, direitos adquiridos no exercício anterior ao do seu pagamento. Desta forma, as responsabilidades com férias e subsídios de férias e os respetivos encargos sociais são registados em custos do exercício a que respeitam, independentemente do ano em que ocorra o seu pagamento.

Adicionalmente, o novo Contrato Coletivo de Trabalho para o setor segurador atribuiu uma compensação pecuniária extraordinária, no valor de 55% do ordenado base mensal auferido a 31 de dezembro de 2011, aos empregados que reuniam as seguintes condições: (i) Estivessem vinculados ao empregador por contratos de trabalho sem termo; e (ii) Tivessem sido admitidos na Companhia antes de 1 de janeiro de 2010 e tivessem prestado pelo menos 22 meses de trabalho efetivo na Companhia desde essa data. Esta compensação foi paga de uma só vez até 30 de abril de 2012.

Os encargos com férias, subsídio de férias e compensação pecuniária extraordinária foram registados na rubrica “Gastos com pessoal” por contrapartida da rubrica “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

j) Prémio de permanência

Nos termos do Contrato Coletivo de Trabalho em vigor para o Setor Segurador, o trabalhador que completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado do mês em que o facto ocorrer, verificado um conjunto de condições.

Os encargos estimados futuros a incorrer com o prémio de permanência relativos ao tempo decorrido até à data do balanço são registados na rubrica de “Acréscimos e diferimentos” do passivo.

k) Impostos sobre lucros

Nos exercícios de 2012 e 2011, o total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contábilístico devido a ajustamentos resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais ou que apenas serão considerados noutros períodos contábilísticos, bem como a ajustamentos de valor para efeitos de apuramento das valias tributáveis.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos ativos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer os anteriormente não registados por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual quanto à sua recuperação futura. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contábilístico ou o lucro tributável.

As situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a ajustamentos não dedutíveis para efeitos fiscais e à reavaliação de títulos e imóveis (Nota 21).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O impacto dos impostos diferidos, incluindo da alteração da taxa de imposto utilizada no seu cálculo, é refletido nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de títulos). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

I) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – Benefícios dos trabalhadores. Para além do prémio de permanência (Nota 3.1. j)), existia em 2011 um outro benefício de longo prazo concedido pela CARES – Companhia de Seguros, S.A. correspondente a prestações a pagar a um colaborador ao abrigo de acordo de pré-reforma, que se extinguiu durante o exercício de 2012.

A responsabilidade reconhecida em balanço em 2011 referia-se ao valor atuarial das responsabilidades do acordo de pré-reforma realizado. O valor total da responsabilidade foi determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método “Unit Credit Projected” e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 20).

A taxa de desconto utilizada na atualização atuarial das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades. Os ganhos e perdas atuariais são registados em resultados no ano em que são originados.

Em 2012 foi constituído o plano de contribuição definido “PIR” (Plano individual de reforma) disposto nas cláusulas 48º e 49º do novo Contrato Coletivo de Trabalho para o setor segurador.

m) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Gastos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios (Nota 3.1 a)).

n) Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da Companhia incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros a deter até à maturidade

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 3.1. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos disponíveis para venda e ativos financeiros a deter até à maturidade, tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo em que a Companhia se insere com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos disponíveis para venda, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a Norma IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 3.1 d). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 3.1. a), acima. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor em Portugal. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, contudo, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

4. Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de provisão para prémios não adquiridos e provisões para sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2012						Total
	Assistência			Proteção Jurídica			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	679	15 865 118	15 865 797	-	2 159 833	2 159 833	18 025 630
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) ii)	(136)	(49 617)	(49 753)	-	(6 755)	(6 755)	(56 508)
	543	15 815 501	15 816 044	-	2 153 078	2 153 078	17 969 122
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	-	10 910 891	10 910 891	-	4 463 716	4 463 716	15 374 607
. Provisão para IBNR	-	90 094	90 094	-	2 182 432	2 182 432	2 272 526
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	-	743 100	743 100	-	822 900	822 900	1 566 000
	-	11 744 085	11 744 085	-	7 469 048	7 469 048	19 213 133
	543	27 559 586	27 560 129	-	9 622 126	9 622 126	37 182 255
Provisão para riscos em curso	1 081	-	1 081	-	-	-	1 081

(Valores em Euros)

	31-12-2011						Total
	Assistência			Proteção Jurídica			
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	
Provisão para prémios não adquiridos:							
. Prémios não adquiridos	1 480	14 964 424	14 965 904	290	2 100 626	2 100 916	17 066 820
. Custos de aquisição diferidos (Nota 3.1 a) ii)	(296)	(66 100)	(66 396)	(58)	(9 279)	(9 337)	(75 733)
	1 184	14 898 324	14 899 508	232	2 091 347	2 091 579	16 991 087
Provisão para sinistros:							
. Provisão para sinistros declarados	19 208	12 792 234	12 811 442	-	4 116 335	4 116 335	16 927 777
. Provisão para IBNR	-	190 434	190 434	-	2 527 661	2 527 661	2 718 095
. Provisão para despesas com regularização de sinistros	280	903 920	904 200	-	791 100	791 100	1 695 300
	19 488	13 886 588	13 906 076	-	7 435 096	7 435 096	21 341 172
	20 672	28 784 912	28 805 584	232	9 526 443	9 526 675	38 332 259
Provisão para riscos em curso	1 299	-	1 299	620	-	620	1 919

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a composição da provisão para sinistros é a seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2012			31-12-2011		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Sinistros declarados						
Do exercício 2012	-	6 534 928	6 534 928	-	-	-
Do exercício 2011	-	3 113 276	3 113 276	19	6 949 031	6 949 050
Do exercício 2010	-	1 107 829	1 107 829	12 838	2 713 699	2 726 537
Do exercício 2009	-	66 544	66 544	6 351	2 388 156	2 394 507
Do exercício 2008	-	87 064	87 064	-	719 252	719 252
Do exercício 2007	-	1 250	1 250	-	21 505	21 505
Do exercício 2006	-	-	-	-	(370)	(370)
Do exercício 2005	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2004	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2003	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2002	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2001	-	-	-	-	961	961
	-	10 910 891	10 910 891	19 208	12 792 234	12 811 442
Provisão para IBNR						
Do exercício 2012	-	57 045	57 045	-	-	-
Do exercício 2011	-	22 390	22 390	-	90 919	90 919
Do exercício 2010	-	7 897	7 897	-	55 563	55 563
Do exercício 2009	-	2 734	2 734	-	34 084	34 084
Do exercício 2008	-	28	28	-	9 868	9 868
Do exercício 2007	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2006	-	-	-	-	-	-
	-	90 094	90 094	-	190 434	190 434
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2012	-	682 500	682 500	-	-	-
Do exercício 2011	-	43 720	43 720	-	804 940	804 940
Do exercício 2010	-	3 660	3 660	240	66 860	67 100
Do exercício 2009	-	2 380	2 380	40	8 580	8 620
Do exercício 2008	-	2 380	2 380	-	9 800	9 800
Do exercício 2007	-	8 020	8 020	-	13 000	13 000
Do exercício 2006	-	440	440	-	720	720
Do exercício 2005	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2004	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2003	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2002	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2001	-	-	-	-	20	20
	-	743 100	743 100	280	903 920	904 200
Total Assistência	-	11 744 085	11 744 085	19 488	13 886 588	13 906 076

(Valores em Euros)

Ramos Técnicos	31-12-2012			31-12-2011		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Proteção Jurídica						
Sinistros declarados						
Do exercício 2012	-	822 389	822 389	-	-	-
Do exercício 2011	-	1 669 380	1 669 380	-	1 803 223	1 803 223
Do exercício 2010	-	1 623 933	1 623 933	-	1 692 026	1 692 026
Do exercício 2009	-	110 591	110 591	-	269 450	269 450
Do exercício 2008	-	187 257	187 257	-	240 473	240 473
Do exercício 2007	-	18 335	18 335	-	54 891	54 891
Do exercício 2006	-	12 950	12 950	-	24 849	24 849
Do exercício 2005	-	6 922	6 922	-	14 859	14 859
Do exercício 2004	-	5 957	5 957	-	9 399	9 399
Do exercício 2003	-	5 962	5 962	-	7 115	7 115
Do exercício 2002	-	40	40	-	50	50
	-	4 463 716	4 463 716	-	4 116 335	4 116 335
Provisão para IBNR						
Do exercício 2012	-	638 644	638 644	-	-	-
Do exercício 2011	-	703 843	703 843	-	719 518	719 518
Do exercício 2010	-	653 309	653 309	-	690 057	690 057
Do exercício 2009	-	74 346	74 346	-	777 841	777 841
Do exercício 2008	-	43 280	43 280	-	205 081	205 081
Do exercício 2007	-	39 815	39 815	-	89 428	89 428
Do exercício 2006	-	10 098	10 098	-	16 549	16 549
Do exercício 2005	-	9 250	9 250	-	17 753	17 753
Do exercício 2004	-	2 877	2 877	-	2 877	2 877
Do exercício 2003	-	6 969	6 969	-	8 557	8 557
Do exercício 2002	-	-	-	-	-	-
	-	2 182 431	2 182 431	-	2 527 661	2 527 661
Provisão para despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2012	-	571 200	571 200	-	-	-
Do exercício 2011	-	117 000	117 000	-	549 300	549 300
Do exercício 2010	-	51 000	51 000	-	111 900	111 900
Do exercício 2009	-	35 400	35 400	-	60 000	60 000
Do exercício 2008	-	26 100	26 100	-	35 100	35 100
Do exercício 2007	-	10 800	10 800	-	18 000	18 000
Do exercício 2006	-	3 900	3 900	-	6 300	6 300
Do exercício 2005	-	3 000	3 000	-	5 400	5 400
Do exercício 2004	-	2 400	2 400	-	2 700	2 700
Do exercício 2003	-	2 100	2 100	-	2 400	2 400
Do exercício 2002	-	-	-	-	-	-
	-	822 900	822 900	-	791 100	791 100
Total Proteção Jurídica	-	7 469 047	7 469 047	-	7 435 096	7 435 096
Total	-	19 213 132	19 213 132	19 488	21 321 684	21 341 172

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2012 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Proteção Jurídica	7 435 096	894 998	5 436 815	(1 103 283)
Assistência	13 906 076	4 687 808	4 469 612	(4 748 656)
Total Geral	21 341 172	5 582 806	9 906 427	(5 851 939)

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exerc. (*) (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2011 (*) (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Proteção Jurídica	6 877 345	799 820	4 363 055	(1 714 470)
Assistência	17 311 920	6 009 875	6 061 167	(5 240 878)
Total	24 189 265	6 809 695	10 424 222	(6 955 348)

(*) relativos a sinistros ocorridos no exercício N-1 e anteriores.

Nos exercícios de 2012 e 2011, os custos com sinistros apresentavam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2012			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	-	-	-
Assistência	214	257	(19 488)	(19 017)
Total	214	257	(19 488)	(19 017)
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	443 097	804 762	33 953	1 281 812
Assistência	25 221 700	3 290 370	(1 729 270)	26 782 800
Total	25 664 797	4 095 132	(1 695 317)	28 064 612
Total Geral	25 665 011	4 095 389	(1 714 805)	28 045 595

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2011			
	Montantes Pagos-Prestações (1)	Montantes Pagos Custos de gestão de sinistros imputados (2)	Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	1 766	-	1 766
Assistência	14 479	20 088	(26 446)	8 121
Total	14 479	21 854	(26 446)	9 887
Resseguro Aceite				
Proteção Jurídica	458 326	582 944	557 751	1 599 021
Assistência	27 685 849	3 582 504	(3 988 628)	27 279 725
Total	28 144 175	4 165 448	(3 430 877)	28 878 746
Total Geral	28 158 654	4 187 302	(3 457 323)	28 888 633

Nos exercícios de 2012 e 2011, a composição dos custos com sinistros no ramo de assistência por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Assistência						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2012	-	21 579 255	21 579 255	-	-	-
Do exercício 2011	-	4 228 607	4 228 607	189	22 216 632	22 216 821
Do exercício 2010	(149)	399 268	399 119	13 831	5 427 357	5 441 188
Do exercício 2009	223	230 012	230 235	(324)	421 716	421 392
Do exercício 2008	-	174 503	174 503	-	213 010	213 010
Do exercício 2007	140	705 442	705 582	-	711 353	711 353
Do exercício 2006	-	(17 416)	(17 416)	784	28 013	28 797
Do exercício 2005	-	680	680	-	565	565
Do exercício 2004	-	-	-	-	(657)	(657)
Do exercício 2003	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2002	-	22	22	-	-	-
Do exercício 2001	-	-	-	-	276	276
	214	27 300 373	27 300 587	14 480	29 018 265	29 032 745
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2012	-	(371 918)	(371 918)	-	-	-
Do exercício 2011	-	(502 234)	(502 234)	-	(242 848)	(242 848)
Do exercício 2010	-	(114 579)	(114 579)	-	(430 661)	(430 661)
Do exercício 2009	-	(78 323)	(78 323)	-	(136 956)	(136 956)
Do exercício 2008	-	(131 661)	(131 661)	-	(100 489)	(100 489)
Do exercício 2007	-	(879 958)	(879 958)	-	(421 461)	(421 461)
	-	(2 078 673)	(2 078 673)	-	(1 332 415)	(1 332 415)
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2012	-	2 617 396	2 617 396	-	-	-
Do exercício 2011	-	531 117	531 117	262	3 318 810	3 319 072
Do exercício 2010	(179)	66 908	66 729	19 189	178 540	197 729
Do exercício 2009	267	18 233	18 500	(450)	24 148	23 698
Do exercício 2008	-	19 343	19 343	-	25 215	25 215
Do exercício 2007	169	34 918	35 087	-	33 756	33 756
Do exercício 2006	-	2 169	2 169	1 088	1 880	2 968
Do exercício 2005	-	221	221	-	52	52
Do exercício 2004	-	14	14	-	-	-
Do exercício 2003	-	9	9	-	-	-
Do exercício 2002	-	42	42	-	-	-
Do exercício 2001	-	-	-	-	101	101
	257	3 290 370	3 290 627	20 089	3 582 502	3 602 591
	471	28 512 070	28 512 541	34 569	31 268 352	31 302 921

(continuação)

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Variação da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2012	-	6 591 973	6 591 973	-	-	-
Do exercício 2011	(19)	(3 904 284)	(3 904 303)	19	7 039 950	7 039 969
Do exercício 2010	(12 838)	(1 653 537)	(1 666 375)	(16 829)	(6 396 813)	(6 413 642)
Do exercício 2009	(6 351)	(2 352 963)	(2 359 314)	(4 604)	(1 438 001)	(1 442 605)
Do exercício 2008	-	(642 027)	(642 027)	(648)	(1 716 199)	(1 716 847)
Do exercício 2007	-	(20 255)	(20 255)	-	(521 927)	(521 927)
Do exercício 2006	-	370	370	(784)	(2 000)	(2 784)
Do exercício 2005	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2004	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2003	-	-	-	-	(100)	(100)
Do exercício 2002	-	(961)	(961)	-	(3 000)	(3 000)
Do exercício 2001	-	-	-	-	(39)	(39)
	(19 208)	(1 981 684)	(2 000 892)	(22 846)	(3 038 129)	(3 060 975)
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2012	-	682 500	682 500	-	-	-
Do exercício 2011	-	(761 220)	(761 220)	-	804 940	804 940
Do exercício 2010	(240)	(63 200)	(63 440)	(3 460)	(1 113 460)	(1 116 920)
Do exercício 2009	(40)	(6 200)	(6 240)	(120)	(34 380)	(34 500)
Do exercício 2008	-	(7 420)	(7 420)	-	(32 240)	(32 240)
Do exercício 2007	-	(4 980)	(4 980)	-	(28 380)	(28 380)
Do exercício 2006	-	(280)	(280)	(20)	(1 120)	(1 140)
Do exercício 2005	-	-	-	-	(40)	(40)
Do exercício 2004	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2003	-	-	-	-	(20)	(20)
Do exercício 2002	-	-	-	-	(20)	(20)
Do exercício 2001	-	(20)	(20)	-	-	-
	(280)	(160 820)	(161 100)	(3 600)	(404 720)	(408 320)
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2012	-	(58 786)	(58 786)	-	-	-
Do exercício 2011	-	173 293	173 293	-	(191 336)	(191 336)
Do exercício 2010	-	21 824	21 824	-	(22 040)	(22 040)
Do exercício 2009	-	9 069	9 069	-	(6 406)	(6 406)
Do exercício 2008	-	28 501	28 501	-	(21 612)	(21 612)
Do exercício 2007	-	219 135	219 135	-	(279 900)	(279 900)
Do exercício 2006	-	20 198	20 198	-	(24 485)	(24 485)
	-	413 234	413 234	-	(545 779)	(545 779)
	(19 488)	(1 729 270)	(1 748 758)	(26 446)	(3 988 628)	(4 015 074)
	(19 017)	26 782 800	26 763 783	8 123	27 279 724	27 287 847

Em 2012 e 2011, a composição dos custos com sinistros no ramo de proteção jurídica por ano é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Proteção Jurídica						
Montantes pagos						
Prestações						
Do exercício 2012	-	35 717	35 717	-	-	-
Do exercício 2011	-	159 460	159 460	-	19 240	19 240
Do exercício 2010	-	79 187	79 187	-	166 254	166 254
Do exercício 2009	-	78 372	78 372	-	109 447	109 447
Do exercício 2008	-	44 251	44 251	-	74 073	74 073
Do exercício 2007	-	23 298	23 298	-	38 511	38 511
Do exercício 2006	-	8 695	8 695	-	21 684	21 684
Do exercício 2005	-	7 533	7 533	-	10 473	10 473
Do exercício 2004	-	2 856	2 856	-	12 746	12 746
Do exercício 2003	-	3 728	3 728	-	5 897	5 897
Do exercício 2002	-	-	-	-	-	-
	-	443 097	443 097	-	458 325	458 325
Reembolsos de Sinistros						
Do exercício 2012	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2011	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2010	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2009	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2008	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2007	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Custos de gestão imputados						
Do exercício 2012	-	317 144	317 144	-	-	-
Do exercício 2011	-	291 041	291 041	-	223 976	223 976
Do exercício 2010	-	84 974	84 974	1 766	167 256	169 022
Do exercício 2009	-	59 048	59 048	-	91 703	91 703
Do exercício 2008	-	34 604	34 604	-	49 500	49 500
Do exercício 2007	-	8 315	8 315	-	30 220	30 220
Do exercício 2006	-	3 430	3 430	-	13 026	13 026
Do exercício 2005	-	2 642	2 642	-	3 926	3 926
Do exercício 2004	-	1 875	1 875	-	1 766	1 766
Do exercício 2003	-	1 656	1 656	-	1 571	1 571
Do exercício 2002	-	33	33	-	-	-
	-	804 762	804 762	1 766	582 944	584 710
	-	1 247 859	1 247 859	1 766	1 041 269	1 043 035

(continuação)

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Seguro direto	Resseguro aceite	Total	Seguro direto	Resseguro aceite	Total
Varição da Provisão para sinistros						
Prestações						
Do exercício 2012	-	1 461 033	1 461 033	-	-	-
Do exercício 2011	-	(149 518)	(149 518)	-	2 522 740	2 522 740
Do exercício 2010	-	(104 841)	(104 841)	-	(154 258)	(154 258)
Do exercício 2009	-	(862 353)	(862 353)	-	(1 527 508)	(1 527 508)
Do exercício 2008	-	(215 016)	(215 016)	-	(154 588)	(154 588)
Do exercício 2007	-	(86 169)	(86 169)	-	(68 123)	(68 123)
Do exercício 2006	-	(18 350)	(18 350)	-	(42 137)	(42 137)
Do exercício 2005	-	(16 440)	(16 440)	-	(14 678)	(14 678)
Do exercício 2004	-	(3 441)	(3 441)	-	(5 924)	(5 924)
Do exercício 2003	-	(2 742)	(2 742)	-	(3 373)	(3 373)
Do exercício 2002	-	(10)	(10)	-	(2 200)	(2 200)
	-	2 153	2 153	-	549 951	549 951
Despesas de regularização de sinistros						
Do exercício 2012	-	571 200	571 200	-	549 300	549 300
Do exercício 2011	-	(432 300)	(432 300)	-	(426 300)	(426 300)
Do exercício 2010	-	(60 900)	(60 900)	-	(64 800)	(64 800)
Do exercício 2009	-	(24 600)	(24 600)	-	(24 000)	(24 000)
Do exercício 2008	-	(9 000)	(9 000)	-	(12 300)	(12 300)
Do exercício 2007	-	(7 200)	(7 200)	-	(7 500)	(7 500)
Do exercício 2006	-	(2 400)	(2 400)	-	(3 300)	(3 300)
Do exercício 2005	-	(2 400)	(2 400)	-	(2 100)	(2 100)
Do exercício 2004	-	(300)	(300)	-	(900)	(900)
Do exercício 2003	-	(300)	(300)	-	(300)	(300)
Do exercício 2002	-	-	-	-	-	-
	-	31 800	31 800	-	7 800	7 800
Sinistros a Reembolsar						
Do exercício 2012	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2011	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2010	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2009	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2008	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2007	-	-	-	-	-	-
Do exercício 2006	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Varição da provisão para sinistros	-	33 953	33 953	-	557 751	557 751
	-	1 281 812	1 281 812	1 766	1 599 020	1 600 786

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite - montantes pagos incluem 4.095.389 Euros e 4.187.302 Euros, respetivamente, relativos a custos de gestão imputados aos ramos explorados pela Companhia (Nota 18).

Nos exercícios de 2012 e 2011, a dotação da provisão para participação nos resultados ascendeu a 3.097.659 Euros e 2.588.708 Euros, respetivamente, decompondo-se por cedente como segue:

(Valores em Euros)

Cedente	Dotação (atribuição)	
	2012	2011
Fidelidade Mundial	2 834 447	1 666 452
Império Bonança		768 278
Multicare	253 861	191 420
Garantia – Assistência em Viagem Temporários	9 351	9 102
Global		(46 544)
	3 097 659	2 588 708

O movimento da provisão para participação nos resultados em 2012 e 2011 foi como segue:

(Valores em Euros)

2012			
Saldo em 31-12-2011	Atribuição 2012	Resultados	Saldo em 31-12-2012
-	3 097 659	3 097 659	-

(Valores em Euros)

2011			
Saldo em 31-12-2010	Atribuição 2011	Resultados distribuídos	Saldo em 31-12-2011
46 544	2 588 708	2 635 252	-

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, todos os contratos de resseguro celebrados com as companhias cedentes prevêm uma participação nos resultados técnicos da Companhia.

Na generalidade, a provisão para participação nos resultados corresponde a uma percentagem no resultado técnico da Companhia (prémios adquiridos deduzidos dos custos com sinistros e dos custos de gestão), se positivo. Os resultados técnicos negativos são transportados para o exercício seguinte, a crédito da Companhia.

Gestão de Risco Resultante de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor:

Subscrição de riscos

A atividade da Cares é essencialmente de resseguro aceite, pelo que a política de subscrição é definida pelas seguradoras cedentes.

Quando uma seguradora cedente pretende lançar um produto novo, que inclua coberturas de Proteção Jurídica ou de Assistência a serem resseguradas pela Companhia, é definido o valor de cotação do negócio, com base na avaliação de vários parâmetros onde se inclui a frequência, o custo médio, o número e tipo de unidades em risco, a forma e canal de comercialização e os objetivos de vendas estimados pela seguradora.

Relativamente aos riscos garantidos ao abrigo do resseguro aceite, a Companhia efetua a análise em termos da qualidade da seguradora cedente, bem como das garantias de assistência a conceder aquando da celebração do contrato. Apesar de não possuir um papel ativo na seleção do risco subscrito pelas seguradoras cedentes, o facto das carteiras destas ficarem 100% resseguradas pela Companhia elimina na prática os riscos associados à subscrição, como por exemplo, a anti-seleção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente ao seguro direto, a atividade não é desenvolvida ativamente, pelo que toda e qualquer aceitação de risco e respetivas condições terão que ser submetidos à aprovação da Direção.

Sendo os ramos explorados caracterizados por uma grande dispersão de risco, a aceitação de riscos baseia-se em condições e clausulados "standards", suportados por longas séries estatísticas, estabelecidos e respeitados pela área comercial, que não aceita riscos que não se enquadrem nas condições definidas.

Gestão Técnica

A gestão técnica dos Ramos Assistência e Proteção Jurídica, compreende a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição e ainda o controlo e acompanhamento da evolução da receita processada, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica, o que permite a monitorização dos riscos em carteira.

Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da Organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da Organização, as normas e procedimentos de gestão de sinistros encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras por tipo de segmento de mercado, canal de distribuição, unidades em risco e coberturas. São ainda desenvolvidos estudos sobre o comportamento de sinistralidade.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade da carteira, tendo como objetivo a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade.

Seleção e saneamento de carteira

Tendo em vista possibilitar um maior controlo e atuação ao nível do risco subscrito, a Companhia informa as seguradoras cedentes das apólices que beneficiaram de mais de três assistências na anuidade.

Aquando da renovação anual dos contratos, a Companhia procede a ajustamentos de prémio, de forma a adequar os prémios aos níveis de sinistralidade existentes.

Concentrações de risco de seguro

A subscrição de negócio é efetuada essencialmente através de resseguro aceite, através do qual é assumido o risco e a prestação de serviços no âmbito dos ramos comercializados por outras seguradoras.

As seguradoras do Grupo Caixa Seguros são as principais clientes com 99% dos prémios emitidos pela CARES.

Apesar de não possuir papel ativo na seleção do risco subscrito pelas seguradoras suas clientes, o facto das carteiras destas ficarem 100% resseguradas pela CARES dilui, efetivamente, eventuais problemas associados, como por exemplo a anti-seleção ou a concentração excessiva em determinado tipo de risco.

Relativamente aos ramos explorados, o ramo Assistência representou em 2012 cerca de 89% dos prémios subscritos e 95% dos custos com sinistros.

Comportamento da carteira

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após investimentos	PBA	Rácio Sinistros e despesas	Rácio Sinistros e despesas após investimentos
Assistência	35 682 514	76,27%	73,43%	33 431 137	83,38%	82,83%
Proteção Jurídica	4 518 663	29,60%	21,57%	4 914 788	34,21%	34,04%

Políticas de resseguro

Conforme já referido, o negócio da Companhia desenvolve-se no âmbito do resseguro aceite.

O número de sinistros de valor individual significativo é reduzido. Por este motivo, a Companhia não retrocede risco em resseguro.

Prestação de informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões

Assistência

Relativamente ao ramo Assistência, em 2012 os prémios foram suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo, não tendo sido necessário constituir provisão para riscos em curso. Os custos com sinistros de 2012 registados contabilisticamente representaram 87,0% dos prémios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 1,3% dos prémios brutos adquiridos e os resultados de investimentos em 2012 foram positivos. O rácio combinado da Companhia ascendeu a 85,4%.

Apesar da suficiência a que se chega, com base na análise global deste ramo, foi necessário constituir provisão para riscos em curso para o seguro direto, a qual foi calculada de acordo com o estabelecido no capítulo II da Norma Regulamentar nº 19/94 de 6 de dezembro, com a redação que lhe foi dada pelas Normas Regulamentares nº 12/2000 de 13 de novembro, e 24/2002, de 23 de dezembro, ambas do ISP.

A provisão para prêmios não adquiridos é calculada de acordo com a norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de dezembro do ISP, com a redação que lhe foi dada pela norma do mesmo organismo com o nº 4/1998 de 16 de março.

Para verificar a adequação da provisão para sinistros, foram efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados à matriz de "run-off" de pagamentos de Assistência, concluindo-se pela suficiência das provisões constituídas face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Proteção Jurídica

No ramo Proteção Jurídica, em 2012 os prêmios revelaram-se globalmente suficientes para fazer face aos custos associados à exploração do ramo. Os custos com sinistros de 2012 registados contabilisticamente representaram 52,8% dos prêmios brutos adquiridos. Os custos de aquisição e administrativos consumiram no seu conjunto 1,2% dos prêmios brutos adquiridos. Considerando os resultados de investimentos, que em 2012 foram positivos, a CARES obteve um rácio combinado de 46,0%.

A provisão para prêmios não adquiridos está em conformidade com a norma regulamentar nº 19/94-R de 6 de dezembro do ISP, com a redação que lhe foi dada pela norma nº 4/1998 de 16 de março do mesmo organismo.

Tal como no ramo Assistência, para verificar a adequação da provisão para sinistros, são efetuadas análises atuariais com métodos determinísticos e estocásticos, aplicados a matrizes de run-off, concluindo-se pela existência de suficiência de provisões constituídas, face às responsabilidades relacionadas com sinistros.

Análises de sensibilidade

Tendo em vista verificar qual o nível de custos com sinistros que eliminaria a suficiência do prémio adquirido ou o impacto de uma variação dos custos com sinistros, foram construídos 2 cenários alternativos, com os seguintes pressupostos:

- em ambos os cenários assumiu-se que os custos de aquisição, administrativos, e resultados de resseguro e de investimentos manteriam os valores verificados em 2012, totalizando um resultado positivo de 557.047 Euros para a Assistência e 307.157 Euros para a Proteção Jurídica;
- no cenário 1 verifica-se qual o impacto de uma variação da sinistralidade para 95% do atual prémio adquirido – o total do PBA afeto a custos passaria a cerca de 93,4% para a Assistência e 88,2% para a Proteção Jurídica;
- no cenário 2 estuda-se a variação necessária nos custos com sinistros no exercício, por forma a que o nível de prémios adquiridos afetos a custos alcançasse 100% - obtivemos uma taxa de sinistralidade de 101,6% para o ramo Assistência e 106,8% para o ramo Proteção Jurídica.

Assistência - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2012

(Valores em Euros)

	2012 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	35 682 514	35 682 514	35 682 514
Custos com sinistros do exercício	(31 040 420)	(33 898 388)	(36 239 561)
Restantes Custos	557 047	557 047	557 047
Total de Custos	(30 483 373)	(33 341 341)	(35 682 514)

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2011

(Valores em Euros)

	2011 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio bruto adquirido	33 431 137	33 431 137	33 431 137
Custos com sinistros	(32 946 664)	(31 759 580)	(32 792 122)
Restantes custos e proveitos	(639 015)	(639 015)	(639 015)
Total de custos líquidos	(32 585 633)	(32 398 595)	(33 431 137)

Proteção Jurídica - Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2012

(Valores em Euros)

	2012 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio Bruto Adquirido	4 518 663	4 518 663	4 518 663
Custos com sinistros do exercício	(2 385 094)	(4 292 730)	(4 825 820)
Restantes Custos	307 157	307 157	307 157
Total de Custos	(2 077 937)	(3 985 573)	(4 518 663)

Cenários de Consumo do PBA em 31-12-2011

(Valores em Euros)

	2011 - Real	Cenário 1	Cenário 2
Prémio bruto adquirido	4 914 788	4 914 788	4 914 788
Custos com sinistros	(3 315 257)	(4 669 049)	(5 137 303)
Restantes custos e proveitos	(99 982)	(99 982)	(99 982)
Total de custos líquidos	(3 415 139)	(4 768 931)	(4 914 788)

São igualmente efetuadas análises ao comportamento do nível de solvência da seguradora, face a acréscimos de custos associados à sua atividade. A seguradora possui uma taxa de cobertura de 276,49%, permitindo acomodar variações significativas nos custos com sinistros. Se os custos dos sinistros dos últimos 3 anos duplicassem, a margem de solvência manter-se-ia acima dos 145%.

Rácios

O rácio da provisão para prémios não adquiridos face aos prémios brutos emitidos é de 43,8% (2011: 47,6%), continuando a apresentar valores acima dos obtidos no mercado.

	2012	2011
Rácios de sinistralidade	59,6%	64,4%
Rácios de despesas	10,7%	12,7%
Rácio combinado	70,3%	77,2%
Rácio operacional	1,7	2,2

O rácio de sinistralidade diminuiu cerca de 5 pontos percentuais face ao ano anterior devido à diminuição do número de sinistros em 2012 e ao aumento do volume de prémios emitidos.

O rácio operacional (prémios líquidos/capital próprio) diminuiu devido ao aumento do capital próprio.

5. Instrumentos Financeiros

O inventário de participações e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2012 é apresentado no Anexo 1.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia detém um título classificado ao justo valor através de resultados por conter derivados embutidos não relacionados com os riscos e características do contrato de acolhimento, cujo valor nominal ascende a 335.487 Euros e 423.052 Euros, respetivamente, e cujo valor de balanço nas referidas datas ascendia a 278.535 Euros e 326.324 Euros, respetivamente.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2012						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 23)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo (Nota 25)	3 904 186	128 798	4 032 984	-	4 032 984	205 559	4 238 543
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	6 940 671	151 859	7 092 530	-	7 092 530	1 517 036	8 609 566
De emissores nacionais	1 951 764	14 021	1 965 785	-	1 965 785	(11 809)	1 953 976
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	35 005 065	269 811	35 274 876	(48 862)	35 226 014	367 813	35 593 827
	47 801 686	564 489	48 366 175	(48 862)	48 317 313	2 078 599	50 395 912
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	47 952	329 714
	48 083 448	564 489	48 647 937	(48 862)	48 599 075	2 126 551	50 725 626

(Valores em Euros)

	31-12-2011						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada	Valor líquido	Reserva de Justo valor (Nota 23)	Valor de Balanço
Instrumentos de dívida							
De empresas do Grupo	499 210	22 115	521 325	-	521 325	(55 070)	466 255
De dívida pública							
De emissores estrangeiros	7 198 953	159 027	7 357 980	-	7 357 980	1 022 622	8 380 602
De emissores nacionais	1 958 102	15 399	1 973 501	-	1 973 501	(568 702)	1 404 799
De outros emissores							
De emissores estrangeiros	36 544 382	407 909	36 952 291	(47 229)	36 905 062	(1 345 828)	35 559 234
	46 200 647	604 450	46 805 097	(47 229)	46 757 868	(946 978)	45 810 890
Outros instrumentos							
Unidades de participação							
De residentes	281 762	-	281 762	-	281 762	58 080	339 842
	46 482 409	604 450	47 086 859	(47 229)	47 039 630	(888 898)	46 150 732

Durante o exercício de 2012 foi registada uma perda por imparidade nos “Instrumentos de dívida” no montante de 1.633 Euros.

Reclassificação de ativos

Tal como permitido pela Norma IAS 39, a Companhia procedeu à reclassificação com referência a 2 de outubro de 2011 da totalidade dos títulos de dívida pública grega da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, dado o Conselho de Administração da Companhia ter a intenção e a capacidade de deter os títulos objeto de reclassificação até à maturidade.

Em 30 de setembro de 2011, as obrigações objeto de reclassificação encontravam-se classificadas na categoria de ativos financeiros disponíveis para venda com o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

Descrição	Valor Nominal	Custo de aquisição amortizado	Valor de Balanço	Reserva de justo valor
GGB, 3,7%, 20/07/2015, GOVT	839 000	823 579	342 983	(480 596)
GGB, 4,6%, 20/05/2013, GOVT	753 000	756 487	346 531	(409 956)
	1 592 000	1 580 065	689 514	(890 552)

O valor de reconhecimento inicial em ativos financeiros a deter até à maturidade correspondeu ao justo valor em 2 de outubro de 2011, coincidente com o valor de balanço na categoria onde anteriormente se encontravam classificados. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia estimou e reconheceu perdas por imparidade associadas às obrigações objeto de reclassificação no montante de 860.364 Euros.

À data da reclassificação, para efeitos de determinação da taxa efetiva dos ativos reclassificados, a Companhia estimou recuperar apenas 50% da totalidade dos fluxos de caixa futuros associados às obrigações objeto de reclassificação.

Em 31 de dezembro de 2011, as menos-valias potenciais não reconhecidas na reserva de justo valor nem nos resultados da Companhia, decompostas por título, eram como segue:

(Valores em Euros)

Descrição	Custo amortizado	Justo Valor	Menos-valia potencial
GGB, 3,7%, 20/07/2015, GOVT	361 164	178 246	(182 918)
GGB, 4,6%, 20/05/2013, GOVT	376 500	198 039	(178 461)
	737 664	376 285	(361 379)

Em face da informação que foi tornada pública até à data de aprovação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registou uma provisão no montante de 309.731 Euros para fazer face a potenciais acréscimos de imparidade nestes títulos (Nota 12).

Em março de 2012, os títulos acima foram objeto de troca por vinte e um títulos de dívida pública grega com maturidades e taxas de juro diferentes dos anteriormente detidos, bem como por três títulos do Fundo de Estabilização Europeu.

Em resultado desta troca, foi registada uma perda por imparidade adicional para os títulos no montante de 361.110 Euros e revertida a referida provisão de 309.731 Euros (Nota 12).

Durante o exercício de 2012, os vinte e um títulos gregos e os três títulos do Fundo de Estabilização Europeu foram vendidos, tendo sido registado um ganho líquido de 8.216 Euros (Notas 15 e 16).

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia, pode ser resumida como se segue:

(Valores em Euros)

	31-12-2012			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	11 043 888	11 043 888
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros detidos para negociação				-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	278 535	-	-	278 535
Derivados de cobertura				-
Ativos disponíveis para venda	-	50 725 626	-	50 725 626
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 166	2 166
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	1 783 188	1 783 188
	278 535	50 725 626	13 347 740	64 351 901

(Valores em Euros)

	31-12-2011			Total
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações de mercado	Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado	Não valorizados ao justo valor	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	7 289 074	7 289 074
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros detidos para negociação				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	326 324	-	326 324
Derivados de cobertura				-
Ativos disponíveis para venda	339 842	45 810 890	-	46 150 732
Empréstimos e contas a receber	-	-	2 940	2 940
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	755 266	755 266
Outros devedores	-	-	2 576 809	2 576 809
	339 842	46 137 214	11 145 352	57 622 408

A preparação da informação incluída nos quadros acima, relacionada com a metodologia de apuramento do justo valor, teve por base os seguintes pressupostos:

- Cotações de mercado – Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos;
- Técnicas de valorização – Corresponde aos instrumentos financeiros valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e aos instrumentos de dívida valorizados através de modelos de valorização internos que utilizam dados observáveis de mercado (taxas de juro, taxas de câmbio, notações de risco atribuídas por entidades externas, outros).

Empréstimos e contas a receber

A rubrica “Depósitos junto de empresas cedentes” corresponde a retenções efetuadas pelas diversas companhias cedentes de uma percentagem sobre os prémios de resseguro aceite pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Depósitos junto de empresas cedentes		
A.M.A - Agrupacion Mutual Aseguradora	2 166	2 940
	2 166	2 940

Outros devedores

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2012	31-12-2011
Devedores por operações de seguro direto		
. Recibos por cobrar		
. Proteção Jurídica	-	-
. Assistência	-	746
Total devedores por operações de seguro direto	-	746
Devedores por operações de resseguro		
. Ressegurados do grupo (Nota 25)	1 617 938	2 362 514
. Outros ressegurados	98 832	144 565
Total devedores por operações de resseguro	1 716 770	2 507 079
Devedores por outras operações		
. Empresas do grupo (Nota 25)	5 996	3 173
. Outros	60 422	65 811
Total devedores por outras operações	66 418	68 984

A rubrica “Devedores por operações de resseguro” corresponde a contas correntes tituladas em nome das companhias cedentes, utilizadas para a liquidação dos prémios de resseguro aceite.

Outros credores

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2011	31-12-2010
Contas a pagar por operações de seguro direto		
. Comissões a pagar a mediadores	-	61
	-	61
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
. Ressegurados do grupo (Nota 25)	203 864	128 884
Contas a pagar por outras operações		
. Empresas do grupo (Nota 25)	139 088	87 771
. Outros	134 726	174 758
	273 814	262 529
	477 678	391 474

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Cares Seguros

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado estão previstos na Política de Investimentos da Cares Seguros, que é atualizada anualmente e revista de três em três anos. Entre outros elementos, estão definidas, a sociedade gestora, o tipo de gestão associado à carteira de investimento, os intervenientes no processo de compra e venda de títulos, a forma de transmissão da informação entre os diferentes intervenientes, os limites de exposição aos diferentes riscos financeiros, medidas de cálculo da rentabilidade da carteira e autonomias de execução.

A gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Cares Seguros tem, assim, em consideração:

a) Modelo de Gestão

De acordo com os objetivos de investimento da carteira, foi definido um modelo de gestão com características maioritariamente de imunização, apesar de não estar orientado por um conjunto de responsabilidades. O modelo tem um perfil de risco conservador, com baixa volatilidade em resultados e reduzidos custos de transação.

Estão definidos os níveis de exposição a ativos de rendimento fixo (obrigações) – taxas longas e taxas curtas - distribuídos por intervalos de maturidade até 10 anos. Estes ativos poderão ser cupão zero, cupão fixo ou variável. Deverão cumprir as regras de notação de risco de crédito definidas e ser comprados com o objetivo de serem mantidos em carteira até à maturidade. Alterações de mercado ou da qualidade creditícia das emissões podem originar transações.

b) Classificação dos Ativos

Para efeitos da classificação dos ativos e dos limites de exposição, por analogia de risco, considera-se que:

Os ativos de Rendimento Fixo – taxas longas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual superior a 1 ano. Incluem-se ainda as ações remíveis com características de obrigações, os Fundos Mobiliários de Obrigações que respeitam este perfil de maturidade e os derivados de taxas de juro de longo prazo ou de risco de crédito associado a taxas de juro de longo prazo. Estes ativos são separados em Government e Corporate de acordo com o risco de crédito público ou privado, sendo que as emissões de Supranacionais e Covered Bonds estão incluídas nos Government.

Os ativos de Rendimento Fixo – taxas curtas incluem todas as obrigações de taxa fixa com maturidade residual inferior a 1 ano, as obrigações de taxa variável, os Fundos Mobiliários de Obrigações maioritariamente de taxa variável, todos os instrumentos de gestão de tesouraria vocacionados para o curto prazo incluindo depósitos bancários, bem como derivados associados ao risco de taxas de juro de curto prazo.

c) Limites de exposição

Para além das restrições impostas pela legislação em vigor, a gestão das carteiras da Companhia tem ainda em consideração os seguintes limites:

I. O limite de exposição a valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em outros mercados regulamentados de Estados-membros da União Europeia, ou em mercados de países da OCDE legalmente considerados como análogos, também referidos como “não cotados”, é de 15% do valor da carteira, devendo sempre ter a aprovação expressa do Conselho de Administração;

II. O conjunto das aplicações expressas em moedas que não o Euro não pode representar mais que 5% do valor da carteira;

III. O investimento em fundos e outros organismos de investimento coletivo não deverá ultrapassar o limite de 10% do valor líquido do património desses fundos.

IV. Instrumentos Derivados, Operações de Reporte e Empréstimo de Valores:

Podem ser utilizados instrumentos derivados para cobertura, especulação ou redução do custo de investimento, de acordo com o enquadramento legislativo em vigor.

São permitidas, nos termos legalmente previstos, operações de reporte e empréstimos de valores, desde que tal não comprometa os limites de alocação definidos para cada uma das classes de ativos a que respeitem, nem promova a alavancagem da carteira sem autorização prévia.

Estas operações carecem de autorização casuística prévia, podendo haver autorizações genéricas para derivados de mercado.

A avaliação de risco para derivados é feita determinando a sua contribuição para o risco global da carteira e da Companhia, para o retorno esperado e para o custo de transações de ativos.

V. Universo de investimento e limites por emitente para ativos de rendimento fixo:

As obrigações elegíveis para aquisição deverão respeitar os limites definidos no quadro seguinte, que pondera a maturidade residual com a qualidade de crédito. A notação de "rating" a considerar na aquisição deverá ser a do S&P ou, na sua ausência, a equivalente da Moody's ou da Fitch, e não deverá haver investimento abaixo da notação BBB-. Exceções a esta regra poderão ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

	Dívida Corporate	Dívida Soberana (Países fora da Zona Euro)	Limite por Emitente
Até 1,5 ano	BBB-	BBB-	0,5%
1,5 a 5,5 anos	A-	A-	3%
5,5 a 15,5 anos	AA-	A+	6%
15,5 a 30,5 anos	Não autorizado	A+	6%
Superior a 30,5 anos	Não autorizado	AAA	6%

Não existem limites de notação de "rating" para a dívida soberana dos países da Zona Euro.

VI. Limite por emitente exceto dívida pública soberana da Zona Euro e Grupo CGD: 6% da carteira.

VII. Limites por setor de atividade e por subordinação da emissão:

- a. limite de dívida subordinada: 10% da carteira;
- b. limite de crédito por setor de atividade (exceto banca): 20% da carteira;
- c. limite de crédito do setor serviços financeiros (Banca de Investimento, Intermediação Financeira e similares): 10% da carteira.

VIII. O investimento noutras classes de ativos não especificadas neste documento deverá ter a aprovação casuística do Conselho de Administração.

IX. As aplicações proibidas são aquelas que constam expressamente da legislação em vigor.

d) Carteira com modelo de imunização

No ano de 2012 a Companhia continuou a implementar o modelo de gestão definido em 2010. Neste contexto, a atual composição da carteira reflete os “targets” definidos, nomeadamente a composição entre taxas longas e taxas curtas.

	31.12.2012	Objetivo	Desvio
Taxas Longas	49,3%	50,0%	-0,7%
Taxa Fixa Governos	19,0%	25,0%	-6,0%
Taxa Fixa Crédito	30,3%	25,0%	5,3%
Taxas Curtas	49,0%	50,0%	-1,0%
Taxa Indexada	41,8%	48,0%	-6,2%
Mercado Monetário	7,3%	2,0%	5,3%
Outros	1,7%	0,0%	1,7%
Imobiliário	1,7%	0,0%	1,7%

e) Avaliação do risco

Existe um modelo genérico de avaliação do retorno/risco esperado em função da composição por classes de ativos. O retorno esperado da carteira está sujeito a uma análise de sensibilidade em função das várias volatilidades dos ativos que constituem a carteira. Este tipo de avaliação justifica as decisões de alocação de ativos, procurando-se constituir carteiras com risco controlado que otimizem o retorno dentro do enquadramento de mercado existente.

A avaliação do risco é efetuada pela Direção de Investimentos do Grupo, havendo sempre que tal se mostra conveniente, o envolvimento das Direções de Gestão de Risco do Grupo e da Caixa Geral de Depósitos. São monitorizados vários riscos envolvidos nomeadamente:

- Risco de mercado;
- Risco de taxa de juro;

- Risco de crédito por emitente e por grupo financeiro;
- Risco de liquidez; e
- Risco cambial.

Risco de taxa de juro

Na carteira com modelo de gestão de imunização, e considerando o objetivo de manter os títulos em carteira até à maturidade, o risco de taxa de juro é gerido no momento da compra dos títulos, adequando os respetivos prazos e rendimentos à expectativa da evolução das taxas de juro existente em cada momento.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima a risco de crédito da Cares Seguros apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade acumulada	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	11 043 480	-	11 043 480	7 288 666	-	7 288 666
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	278 535	-	278 535	326 324	-	326 324
Ativos disponíveis para venda	50 774 488	(48 862)	50 725 626	46 197 961	(47 229)	46 150 732
Empréstimos e contas a receber	2 166	-	2 166	2 940	-	2 940
Ativos financeiros a deter até à maturidade	-	-	-	1 615 630	(860 364)	755 266
Outros devedores	1 783 188	-	1 783 188	2 576 809	-	2 576 809
	63 881 857	(48 862)	63 832 995	58 008 330	(907 593)	57 100 737

Conforme descrito na Nota 12, em 31 de dezembro de 2011 existia ainda uma provisão de 309.731 Euros na rubrica "Outras provisões", para fazer face a imparidades adicionais em títulos de dívida soberana da Grécia, registados em "Ativos financeiros a deter até à maturidade".

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2012				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
BBB- até BBB+	-	73 266	-	-	73 266
BB- até BB+	10 970 213	-	-	-	10 970 213
	10 970 213	73 266	-	-	11 043 480
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	2 166	-	-	-	2 166
	2 166	-	-	-	2 166
Total	10 972 379	73 266	-	-	11 045 646

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2011				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
Menor que A-	7 197 281	91 385	-	-	7 288 666
	7 197 281	91 385	-	-	7 288 666
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	2 940	-	-	-	2 940
	2 940	-	-	-	2 940
Total	7 200 221	91 385	-	-	7 291 606

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2012				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
A- até A+	-	278 535	-	-	278 535
	-	278 535	-	-	278 535
Total Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	-	278 535	-	-	278 535
Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	61 706	-	61 706
AA- até AA+	-	812 697	54 235	-	866 932
A- até A+	-	7 723 768	-	-	7 723 768
BBB- até BBB+	-	2 561 420	-	-	2 561 420
BB- até BB+	732 691	1 016 913	-	-	1 749 603
	732 691	12 114 797	115 941	-	12 963 429
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3 584 238	-	-	3 584 238
AA- até AA+	-	3 850 528	-	-	3 850 528
BBB- até BBB+	-	1 174 800	-	-	1 174 800
BB- até BB+	1 953 976	-	-	-	1 953 976
	1 953 976	8 609 566	-	-	10 563 542
Instituições Financeiras					
AAA	-	1 572 327	-	1 634 407	3 206 734
AA- até AA+	-	702 367	-	2 110 492	2 812 859
A- até A+	-	8 841 712	649 019	1 055 110	10 545 841
BBB- até BBB+	589 544	1 462 987	1 174 033	241 367	3 467 931
BB- até BB+	5 490 964	405 737	-	-	5 896 700
Menor que B-	-	-	-	74 527	74 527
Sem rating	-	-	-	1 063	1 063
	6 080 508	12 985 129	1 823 052	5 116 965	26 005 654

(continuação)

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2012				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Outros emitentes					
AAA	-	57 666	-	217 819	275 484
AA- até AA+	-	96 662	-	-	96 662
A- até A+	-	349 887	-	-	349 887
BBB- até BBB+	-	77 021	-	-	77 021
BB- até BB+	-	64 232	-	-	64 232
	-	645 468	-	217 819	863 287
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	8 767 175	34 354 961	1 938 993	5 334 784	50 395 912

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2011				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Instituições Financeiras					
AA- até AA+	-	326 324	-	-	326 324
	-	326 324	-	-	326 324
Total Ativos Financeiros registados					
ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	-	326 324	-	-	326 324
Ativos Financeiros Disponíveis					
para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	58 492	-	58 492
AA- até AA+	-	770 443	55 110	-	825 552
A- até A+	-	9 385 862	-	-	9 385 862
Menor que A-	622 060	2 165 804	-	-	2 787 864
	622 060	12 322 108	113 602	-	13 057 771
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	6 538 840	-	-	6 538 840
AA- até AA+	-	1 365 175	-	-	1 365 175
A- até A+	-	476 587	-	-	476 587
Menor que A-	1 404 799	-	-	-	1 404 799
	1 404 799	8 380 603	-	-	9 785 402

(continuação)

(Valores em Euros)

Classe de ativo/Ratings	31-12-2011				
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Instituições Financeiras					
AAA	-	1 453 083	-	1 595 577	3 048 659
AA- até AA+	-	2 280 350	-	2 532 379	4 812 729
A- até A+	-	8 107 529	727 290	1 288 904	10 123 723
Menor que A-	2 731 301	747 769	127 160	353 252	3 959 483
Sem rating	-	-	-	2 750	2 750
	2 731 301	12 588 732	854 450	5 772 863	21 947 345
Outros emitentes					
AAA	-	60 866	-	200 201	261 067
AA- até AA+	-	287 958	-	-	287 958
A- até A+	-	364 012	-	-	364 012
Menor que A-	-	107 336	-	-	107 336
	-	820 172	-	200 201	1 020 373
Total Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	4 758 160	34 111 615	968 051	5 973 063	45 810 890
Ativos financeiros a deter até à maturidade					
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	-	-	-	-
AA- até AA+	-	-	-	-	-
A- até A+	-	-	-	-	-
Menor que A-	-	755 266	-	-	755 266
Sem rating	-	-	-	-	-
	-	755 266	-	-	755 266
Total ativos financeiros a deter até à maturidade	-	755 266	-	-	755 266

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	31-12-2012									
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	11 043 888	-	-	-	-	-	-	-	-	11 043 888
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	335 487	-	-	-	-	-	335 487
Ativos disponíveis para venda	546 440	4 039 921	1 922 459	7 318 106	25 403 456	6 608 709	3 433 038	4 752 830	330 776	54 355 736
Empréstimos e contas a receber	421	212	247	1 286	-	-	-	-	-	2 166
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores	1 783 188	-	-	-	-	-	-	-	-	1 783 188
	13 373 937	4 040 134	1 922 706	7 654 879	25 403 456	6 608 709	3 433 038	4 752 830	849 274	68 038 963

(Valores em Euros)

	31-12-2011									
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7 289 074	-	-	-	-	-	-	-	-	7 289 074
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	423 052	-	-	-	-	423 052
Ativos disponíveis para venda	2 864 088	1 948 131	2 687 306	1 820 427	18 678 983	14 510 384	5 788 087	5 087 603	342 592	53 727 601
Empréstimos e contas a receber	391	380	229	1 940	-	-	-	-	-	2 940
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	17 319	15 522	424 862	435 022	-	-	-	892 724
Outros devedores	2 576 809	-	-	-	-	-	-	-	-	2 576 809
	12 730 363	1 948 511	2 704 854	1 837 889	19 526 897	14 945 405	5 788 087	5 087 603	863 855	65 433 463

Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos instrumentos financeiros por tipo de exposição ao risco de taxa de juro apresenta o seguinte detalhe:

(Valores em Euros)

	2012			
	Exposição a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	278 535	-	278 535
Ativos financeiros disponíveis para venda	25 993 613	24 401 236	330 776	50 725 626
	25 993 613	24 679 771	849 274	51 522 659

(Valores em Euros)

	2011			
	Exposição a		Não Sujeita a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	326 323	-	326 323
Ativos financeiros disponíveis para venda	24 029 742	21 781 148	339 842	46 150 732
Investimentos a deter até à maturidade	755 266	-	-	755 266
	24 785 008	22 107 472	861 105	47 753 585

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe do valor nominal dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro, em função da sua maturidade ou da data de refixação, tem a seguinte decomposição:

(Valores em Euros)

	31-12-2012								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Ativo									
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	335 487	-	-	-	-	335 487
Ativos financeiros disponíveis para venda	650 000	8 658 000	13 645 982	2 896 660	1 133 000	12 442 000	8 582 000	330 776	48 338 418
Empréstimos e contas a receber									
Depósitos junto de empresas cedentes	-	421	212	247	1 286	-	-	-	2 166
	650 000	8 658 421	13 646 194	3 232 395	1 134 286	12 442 000	8 582 000	849 274	49 194 570

(Valores em Euros)

	31-12-2011								Total
	Datas de refixação / Datas de maturidade								
	Até 7 dias	Entre 7 dias e um mês	Entre 1 mês e 3 meses	Entre 3 meses e 6 meses	Entre 6 meses e 12 meses	Entre 12 meses e 3 anos	Mais de 3 anos	Indeterminado	
Ativo									
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	423 052	-	-	-	-	423 052
Ativos disponíveis para venda	800 000	10 371 243	12 305 075	1 736 660	953 000	3 494 000	16 482 000	342 592	46 484 571
Empréstimos e contas a receber									
Depósitos junto de empresas cedentes	-	391	380	229	1 940	-	-	-	2 940
Outros depósitos	-	-	-	-	-	376 500	419 500	-	796 000
	800 000	10 371 634	12 305 455	2 159 941	954 940	3 870 500	16 901 500	863 855	48 227 826

Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os instrumentos financeiros encontram-se integralmente denominados em Euros.

6. Investimentos em Filiais e Associadas

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o saldo desta rubrica refere-se a:

i) 5.000 ações representativas da totalidade do capital social da CARES RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A. (Cares RH), com sede na Avenida José Malhoa, nº 13 – 7º, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição no montante de 429.386 Euros.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras da Cares RH em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são os seguintes:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Ativo líquido	3 191 095	2 183 858
Passivo	282 184	211 817
Capital e reservas	1 972 041	1 197 094
Resultado líquido do exercício	936 870	774 947
Proveitos totais	1 854 091	1 415 612

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Cares RH detém uma participação correspondente a 51% do capital social da Cares Multiassistance, S.A..

Nos termos da legislação em vigor, a Companhia está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., com sede em Lisboa, deter a totalidade do seu capital e apresentar contas consolidadas, nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Companhia e da sua filial. No exercício de 2011, a Companhia recebeu dividendos de 28.610 Euros (Nota 14).

ii) Uma ação da Universal Seguros, S.A. (República de Angola) representativa de 1% do respetivo capital social, que a Cares Seguros adquiriu em 7 de abril de 2011 pelo montante de 12.304.976 Kwanzas, incluindo despesas com a aquisição, cujo contravalor ascendeu a 89.112 Euros. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta participação encontra-se valorizada ao respetivo custo de aquisição.

A Universal Seguros, S.A., com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, República de Angola, foi constituída a 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida nesse país.

7. Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos à ordem em instituições nacionais:		
em Euros		
. Caixa Geral de Depósitos, S.A. (Nota 25)	10 970 214	7 197 281
. Banesto	73 266	91 385
	11 043 480	7 288 666
Caixa	408	408
	11 043 888	7 289 074

8. Terrenos e Edifícios

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Terrenos e edifícios – de rendimento” é composta por um edifício afeto às provisões técnicas do ramo não vida, o qual deixou de ser utilizado pelos serviços da Companhia em 2005, sendo presentemente detido para arrendamento.

Na sequência da adoção do novo PCES, a Companhia adotou a opção permitida pela IAS 40 de valorização do edifício pelo valor de avaliação, por via de ganhos e perdas.

Em dezembro de 2012 e 2011 foram realizadas avaliações pela entidade Imocaixa, tendo o valor atual sido calculado pelos métodos do rendimento e comparativo de mercado.

Em resultado destas avaliações, foi registada no exercício de 2012 uma perda de 45.000 Euros (110.000 Euros em 2011) na rubrica “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, da conta de ganhos e perdas.

Os proveitos com rendas registados no exercício de 2011 ascenderam a 21.588 Euros (Nota 14).

9. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Nos exercícios de 2012 e 2011, o movimento ocorrido nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2011		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos			31-12-2012	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	556 961	(498 252)	32 910	-	(552)	552	(28 202)	589 319	(525 902)
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	342 790	(301 299)	10 568	-	(42 849)	42 849	(43 094)	310 509	(301 544)
Instalações interiores	95 792	(95 498)	-	-	-	-	(147)	95 792	(95 645)
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	1 006 323	(905 829)	43 478	-	(43 401)	43 401	(71 443)	1 006 400	(933 871)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2010		Adições	Transferências	Alienações e abates líquidos			31-12-2011	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades	Depreciação do exercício (Nota 18)	Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo	534 701	(466 692)	22 260	-	-	-	(31 560)	556 961	(498 252)
Máquinas e ferramentas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	337 033	(260 163)	5 757	-	-	-	(41 136)	342 790	(301 299)
Instalações interiores	95 792	(95 351)	-	-	-	-	(147)	95 792	(95 498)
Material de transporte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	10 780	(10 780)	-	-	-	-	-	10 780	(10 780)
	978 306	(832 986)	28 017	-	-	-	(72 843)	1 006 323	(905 829)

10. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os investimentos e outros ativos encontravam-se afetados do seguinte modo:

(Valores em Euros)

	Seguros não Vida	31-12-2012 Não afetados	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	4 036 512	7 007 376	11 043 888
Terrenos e edifícios (Nota 8)	595 000	-	595 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	518 498	518 498
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	278 535	-	278 535
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	50 725 626	-	50 725 626
Ativos financeiros a deter até à maturidade (Nota 5)	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	2 166	-	2 166
Outros ativos tangíveis (Nota 9)	-	72 529	72 529
Outros ativos intangíveis (Nota 11)	-	858	858
Outros devedores (Notas 5, 21 e 26)	1 716 770	271 757	1 988 527
	57 354 609	7 871 018	65 225 627

(Valores em Euros)

	Seguros não Vida	31-12-2011 Não afetados	Total
Caixa e equivalentes (Nota 7)	1 680 417	5 608 657	7 289 074
Terrenos e edifícios (Nota 8)	640 000	-	640 000
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	-	521 263	521 263
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas (Nota 5)	326 324	-	326 324
Ativos financeiros a deter até à maturidade (Nota 5)	755 266	-	755 266
Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	46 150 732	-	46 150 732
Empréstimos concedidos e contas a receber (Nota 5)	2 940	-	2 940
Outros ativos tangíveis (Nota 9)	-	100 494	100 494
Outros ativos intangíveis (Nota 11)	-	2 338	2 338
Outros devedores (Nota 5)	2 507 079	936 699	3 443 778
	52 062 758	7 169 451	59 232 209

11. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2011		Adições	Transferências e abates	Alienações e abates líquidos		Depreciação do exercício (Nota 18)	31-12-2012	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades		Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	216 485	(214 147)	-	-	-	-	(1 480)	216 485	(215 627)
Ativos em curso - despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	216 485	(214 147)	-	-	-	-	(1 480)	216 485	(215 627)

(Valores em Euros)

Rubricas	31-12-2010		Adições	Transferências e abates	Alienações e abates líquidos		Depreciação do exercício (Nota 18)	31-12-2011	
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas			Valor Bruto	Amortizações e imparidades		Valor Bruto	Depreciações acumuladas
OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas de investigação e desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas com aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	213 913	(200 118)	2 572	-	-	-	(14 029)	216 485	(214 147)
Ativos em curso - despesas aplicações informáticas - adquiridas a terceiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	213 913	(200 118)	2 572	-	-	-	(14 029)	216 485	(214 147)

12. Outras Provisões

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento nestas rubricas foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2011	Reforços (Nota 18)	31-12-2012 Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2012
Provisões para litígios	192 289	138 053	(90 402)	(551)	239 389
Provisões para contingências	198 933	-	-	-	198 933
Outras	309 731	17 962	(309 731)	-	17 962
	700 953	156 015	(400 133)	(551)	456 284

(Valores em Euros)

	Saldo em 31-12-2010	Reforços (Nota 18)	31-12-2011 Reposições e anulações (Nota 18)	Utilizações	Saldo em 31-12-2011
Provisões para litígios	217 439	11 599	(36 749)	-	192 289
Provisões para contingências	198 933	-	-	-	198 933
Outras	-	309 731	-	-	309 731
	416 372	321 330	(36 749)	-	700 953

A provisão de 239.389 Euros e 192.289 Euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respetivamente, visa fazer face a encargos futuros decorrentes de ações judiciais em curso de índole laboral.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a provisão de 216.895 Euros e 198.933 Euros é relativa a eventuais contingências laborais referentes a exercícios anteriores, na sequência da alteração da política de remunerações da Companhia ocorrida em 2005.

Em 31 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota 5, a Companhia registou imparidade nos títulos de dívida pública grega com base no respetivo justo valor em 2 de outubro de 2011. Em face da informação que foi tornada pública até à data de aprovação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011, a Companhia registou uma provisão no montante de 309.731 Euros para fazer face a potenciais acréscimos de imparidade nestes títulos. Durante o exercício de 2012, esta provisão foi revertida em resultado da troca dos títulos a que dizia respeito.

A rubrica "Outras", em 31 de dezembro de 2012, refere-se a uma provisão para impostos sobre dividendos a recuperar de convenções.

13. Prémios de Contratos de Seguro

Nos exercícios de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012				
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Proteção Jurídica	-	4 577 580	4 577 580	-	4 577 580
Assistência	1 587	36 580 820	36 582 407	(3 800)	36 578 607
	1 587	41 158 400	41 159 987	(3 800)	41 156 187
Varição da provisão para prémios não adquiridos					
Proteção Jurídica	290	(59 207)	(58 917)	-	(58 917)
Assistência	800	(900 693)	(899 893)	-	(899 893)
	1 090	(959 900)	(958 810)	-	(958 810)
Prémios adquiridos no exercício					
Proteção Jurídica	290	4 518 373	4 518 663	-	4 518 663
Assistência	2 387	35 680 127	35 682 514	(3 800)	35 678 714
	2 677	40 198 500	40 201 177	(3 800)	40 197 377

(Valores em Euros)

	2011				
	Seguro direto	Resseguro aceite	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos					
Diversos Proteção Jurídica	561	4 293 872	4 294 433	-	4 294 433
Diversos Assistência	3 586	31 566 620	31 570 206	(4 000)	31 566 206
	4 147	35 860 492	35 864 639	(4 000)	35 860 639
Varição da provisão para prémios não adquiridos					
Diversos Proteção Jurídica	(290)	620 645	620 355	-	620 355
Diversos Assistência	(158)	1 861 089	1 860 931	-	1 860 931
	(448)	2 481 734	2 481 286	-	2 481 286
Prémios adquiridos no exercício					
Diversos Proteção Jurídica	271	4 914 517	4 914 788	-	4 914 788
Diversos Assistência	3 428	33 427 709	33 431 137	(4 000)	33 427 137
	3 699	38 342 226	38 345 925	(4 000)	38 341 925

Nos exercícios de 2012 e 2011, alguns valores por ramos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2012			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	-	290	-	58
Assistência	1 587	2 387	(19 017)	6 227
Total	1 587	2 677	(19 017)	6 285
Resseguro Aceite	41 158 400	40 198 500	28 064 612	500 222
Total Geral	41 159 987	40 201 177	28 045 595	506 507

(Valores em Euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2011			
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos
Seguro Direto				
Proteção Jurídica	561	271	1 766	860
Assistência	3 586	3 428	8 121	6 019
Total	4 147	3 699	9 887	6 879
Resseguro Aceite	35 860 492	38 342 226	28 878 746	661 853
Total Geral	35 864 639	38 345 925	28 888 633	668 732

14. Rendimentos/Réditos de Investimentos

As políticas contabilísticas de reconhecimento dos réditos de investimentos encontram-se descritas na Nota 3. Nos exercícios de 2012 e 2011, a composição destas rubricas da conta de ganhos e perdas é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2012				2011			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Rendimentos								
De juros de ativos financeiros não valorizados								
ao justo valor por via de ganhos e perdas								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos em empresas do grupo	-	241 718	-	241 718	-	46 129	-	46 129
Instrumentos de capital e unidades de participação								
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida								
Obrigações de emissores públicos	391 893	-	-	391 893	414 270	-	-	414 270
Obrigações de outros emissores	851 229	-	-	851 229	815 424	-	-	815 424
	1 243 122	-	-	1 243 122	1 229 694	-	-	1 229 694
Partes de capital em filiais (Nota 6)	-	-	-	-	-	28 610	-	28 610
	-	-	-	-	-	28 610	-	28 610
Empréstimos concedidos e contas a receber	14 182	-	-	14 182	21 787	-	-	21 787
Investimentos a deter até à maturidade	9 870	-	-	9 870	16 509	-	-	16 509
Depósitos à ordem em instituições de crédito	13 446	-	-	13 446	90 733	-	-	90 733
	37 498	-	-	37 498	129 029	-	-	129 029
	1 280 620	241 718	-	1 522 338	1 358 723	74 739	-	1 433 462
Outros								
Terrenos e edifícios (Nota 8)	-	-	-	-	-	-	21 588	21 588
Ativos financeiros classificados no reconhecimento								
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2 521	-	-	2 521	4 979	-	-	4 979
	2 521	-	-	2 521	4 979	-	21 588	26 567
	1 283 141	241 718	-	1 524 859	1 363 702	74 739	21 588	1 460 029

15. Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

Nos exercícios de 2012 e de 2011, as rubricas de ganhos e perdas realizados em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012			2011		
	Não vida	Não afeto	Total	Não vida	Não afeto	Total
GANHOS REALIZADOS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Investimentos em empresas do grupo						
Títulos de dívida e outros empréstimos	8	-	8	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Ações	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	11 308	-	11 308	4	-	4
Obrigações - outros emissores	11 547	-	11 547	4 698	-	4 698
	22 855	-	22 855	4 702	-	4 702
	22 863	-	22 863	4 702	-	4 702
PERDAS REALIZADAS EM INVESTIMENTOS						
De ativos disponíveis para venda						
Investimentos em outras participadas						
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	-	-	(187)	-	(187)
Instrumentos de capital e unidades de participação						
Ações	-	-	-	-	-	-
Unidades de participação	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de dívida						
Obrigações - emissores públicos	(2 170)	-	(2 170)	(25 253)	-	(25 253)
Obrigações - outros emissores	(64 194)	-	(64 194)	(103 564)	-	(103 564)
	(66 364)	-	(66 364)	(128 817)	-	(128 817)
	(66 364)	-	(66 364)	(129 004)	-	(129 004)

16. Ganhos e Perdas Provenientes de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Nos exercícios de 2012 e de 2011, as rubricas de ganhos e perdas provenientes de ajustamentos no justo valor em investimentos apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2012		
	Carteira ramo não vida		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	55 247	(12 313)	42 934
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	-	(1 633)	(1 633)
Terrenos e edifícios (Nota 8)	-	(45 000)	(45 000)
	55 247	(58 946)	(3 699)

(Valores em Euros)

Ganhos e perdas não realizados	2011		
	Carteira ramo não vida		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas			
Títulos de dívida e outros empréstimos	40 533	(51 334)	(10 801)
Perdas de imparidade (líquidas de reversões) de ativos disponíveis para venda			
Títulos de dívida e outros empréstimos	110 263	(106 214)	4 049
Terrenos e edifícios	-	(110 000)	(110 000)
	150 796	(267 548)	(116 752)

17. Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2012 e 2011, não se registaram ganhos e perdas resultantes de diferenças cambiais.

18. Gastos Diversos por Função e Natureza

A composição desta rubrica de ganhos e perdas é a seguinte:

	(Valores em Euros)	
	2012	2011
Custos com o pessoal (Nota 19)	2 936 203	3 240 188
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	594 936	661 194
Comunicações	281 892	277 672
Rendas e alugueres	255 092	246 796
Licenças de software	101 381	122 284
Custos com trabalho independente	51 656	50 345
Limpeza e higiene	32 086	31 207
Deslocações e estadas	13 805	16 355
Impressos e material de escritório	17 475	13 165
Publicidade e propaganda	3 212	4 413
Outros	153 752	129 818
	1 505 287	1 553 249
Custos de seguro direto	122	122
Impostos e taxas	4 396	4 224
Amortizações do exercício:		
Ativos intangíveis (Nota 11)	1 480	14 029
Ativos tangíveis (Nota 9)	71 443	72 843
Dotação líquida de provisões (Nota 12)	(244 118)	284 581
Comissões por serviços bancários e juros suportados	28 209	25 411
	(138 590)	401 088
	4 303 022	5 194 647

Em 31 de dezembro de 2012, os saldos mais relevantes que compõem a rubrica "Outros" respeitam às quotizações para a APS, combustíveis, consumíveis e prémios de seguro do parque automóvel, nos montantes de 11.348 Euros, 14.302 Euros, 8.679 Euros e 3.052 Euros, respetivamente.

Na conta de ganhos e perdas, estes custos foram imputados da seguinte forma:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Custos com sinistros (Nota 4)	(4 095 389)	(4 187 302)
Custos administrativos	(356 258)	(507 272)
Custos de aquisição	(131 024)	(161 695)
Custos de gestão dos investimentos	279 649	(338 378)
	(4 303 022)	(5 194 647)

19. Gastos com Pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia teve, em média, 127 trabalhadores ao seu serviço, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2012	2011
Direção	5	5
Chefias e gerência	7	2
Técnicos informáticos	4	4
Outros técnicos	6	10
Administrativos	105	106
Total	127	127

A composição dos gastos com pessoal durante os exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Remunerações		
- Órgãos Sociais	90 372	164 235
- Pessoal	2 204 881	2 298 608
Encargos sobre Remunerações	525 898	572 694
Benefícios Pós-emprego		
Planos de contribuição definida	5 701	-
Planos de benefícios definidos	(1 413)	1 416
Benefícios de cessação de emprego	15 668	3 517
Seguros obrigatórios	29 968	39 812
Gastos de ação pessoal	60 635	58 597
Outros gastos com pessoal	4 493	101 309
Total custos com Pessoal	2 936 203	3 240 188

Revisor Oficial de Contas

Os honorários da Deloitte & Associados, SROC S.A., revisor oficial de contas da Companhia, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, ascenderam a 26.961 Euros pelos serviços prestados de revisão oficial de contas e 12.174 Euros por outros serviços de garantia de fiabilidade prestados.

20. Obrigações com Benefícios dos Empregados

Em 2008 e 2007, a Companhia celebrou com dois colaboradores, acordos de pré-reforma, os quais concedem o direito a uma prestação até à idade de reforma. As responsabilidades futuras com estes acordos em 31 de dezembro de 2011 ascendiam a 12.001 Euros, tendo sido apuradas com base nos seguintes pressupostos:

2011	
Método Atuarial	Projected Unit Credit
Pressupostos demográficos:	
Tábua de mortalidade	TV 73/77 (-1)
Pressupostos financeiros:	
Taxa de desconto	5,55%
Taxa de crescimento das pensões	1,25%

Em 31 de dezembro de 2011, existia apenas um colaborador abrangido por acordo de pré-reforma, com idade de 64 anos a essa data.

Em 31 de dezembro de 2012 não existem colaboradores abrangidos pelo acordo de pré-reforma.

O movimento ocorrido na rubrica "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" durante os exercícios de 2012 e 2011 resume-se da seguinte forma:

(Valores em Euros)	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	32 476
Custo do exercício	969
Pagamentos em 2011	(21 444)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12 001
Custo do exercício	(1 645)
Pagamentos em 2012	(10 356)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	0

Os encargos com estes acordos refletidos na conta de ganhos e perdas dos exercícios de 2012 e 2011 são os seguintes:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Acordos de pré-reforma		
Custo dos juros	282	1 142
Ganhos/ (perdas) atuariais	(1 927)	(173)
	(1 645)	969

21. Imposto Sobre o Rendimento

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as rubricas de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	31-12-2012	31-12-2011
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar do exercício	(2 531 285)	(2 045 772)
IRC - Entregas por conta - Pg. Especial	142 653	-
Imposto sobre o rendimento a pagar	(2 388 632)	(2 045 772)
Contribuições para a Segurança Social	(49 581)	(48 542)
Retenções de imposto na fonte	(22 194)	(25 934)
Outros impostos e taxas	(2)	(13)
Retenção de impostos sobre rendimentos prediais	-	(2 954)
	(2 460 409)	(2 123 215)
Ativos por impostos diferidos		
Por desvalorização de ativos disponíveis para venda	-	279 358
Perdas por imparidade	14 170	267 740
Por desvalorizações em imóveis - propriedades de investimento	67 182	46 294
Por provisões não aceites fiscalmente	62 900	153 596
Por outras desvalorizações através de resultados	-	4 203
	144 252	751 191
Passivos por impostos diferidos		
Por valorização de ativos disponíveis para venda	(616 700)	(17 133)
Por outras revalorizações de títulos por resultados	-	(6 634)
	(616 700)	(23 767)
	(472 448)	727 424

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

(Valores em Euros)

	2012			
	Saldo em 31-12-2011	Variação		Saldo em 31-12-2012
		Capital Próprio	Resultados	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponíveis para venda	259 794	(878 925)	2 431	(616 700)
Imparidade em títulos de dívida	267 740	-	(253 570)	14 170
Reavaliação de imóveis de rendimento	46 294	-	20 889	67 182
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	153 596	-	(90 696)	62 900
	727 424	(878 925)	(320 946)	(472 448)

(Valores em Euros)

	2011			
	Saldo em 31-12-2010	Variação		Saldo em 31-12-2011
		Capital Próprio	Resultados	
Impostos diferidos por diferenças temporárias				
Reavaliação de ativos disponíveis para venda	203 055	54 307	2 432	259 794
Imparidade em títulos de dívida	41 736	-	226 004	267 740
Reavaliação de imóveis de rendimento	9 284	-	37 010	46 294
Reforço de provisões não dedutíveis fiscalmente	61 323	-	92 273	153 596
	315 398	54 307	357 719	727 424

Os impostos sobre lucros registados na conta de ganhos e perdas têm a seguinte composição:

(Valores em Euros)

	2012	2011
Imposto corrente		
Imposto	2 174 364	1 802 209
Tributação autónoma	10 536	5 210
Derrama	130 462	108 132
Derrama Estadual	215 924	130 221
	2 531 286	2 045 772
Impostos diferidos:		
Valorização e reavaliação de ativos disponíveis para venda	253 570	(226 004)
Valorização de imóveis de rendimento	(20 889)	(37 010)
Provisões para outros riscos e encargos	90 696	(92 273)
Outros	(2 431)	(2 432)
	320 946	(357 719)
Total de impostos em resultados	2 852 232	1 688 053
Resultado antes de impostos	9 938 941	6 197 374
Carga fiscal	28.70%	27.24%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como se segue:

(Valores em Euros)

	2012		2011	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		9 938 941		6 197 374
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,67%	2 849 743	28,19%	1 747 238
Dividendos	0,00%	-	-0,12%	(7 582)
Benefícios fiscais	-0,36%	(35 639)	-0,52%	(32 222)
Excesso/Insuficiência de estimativa	0,00%	351	0,00%	(30)
Tributação autónoma	0,11%	10 536	0,08%	5 210
Outros	0,27%	27 241	-0,40%	(24 561)
Taxa efetiva de imposto	28,70%	2 852 232	27,24%	1 688 053

No exercício de 2004, a Companhia passou a estar abrangida pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades enquanto entidade dominada, previsto no Artigo 69º do Código do IRC. Nesta conformidade, o resultado fiscal da Sociedade até 2011 concorria para a matéria coletável da entidade dominante, Caixa Seguros e Saúde – SGPS, S.A.. A partir de 2012 a entidade dominante passou a ser a Caixa Geral de Depósitos, S.A.. A opção por este regime conduz a que o custo com imposto sobre rendimento, se aplicável, seja reconhecido na esfera individual da Companhia, sendo os correspondentes pagamentos efetuados pela entidade dominante.

De acordo com o artigo 63º do Código do IRC, relativo às regras sobre preços de transferência, com a redação aplicável a partir de 1 de janeiro de 2002, nas operações comerciais, incluindo, designadamente, operações ou séries de operações sobre bens, direitos ou serviços, bem como nas operações financeiras efetuadas entre um sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais (Nota 25), devem ser contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. O não cumprimento das regras de preços de transferência em questão nas operações efetuadas entre o sujeito passivo e qualquer outra entidade, sujeita ou não a imposto, com a qual esteja em situação de relações especiais, poderá dar origem a correções para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objeto de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), contados a partir dos exercícios a que respeitam. A declaração fiscal do exercício de 2008 foi revista sem correções. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão ainda vir a ser revistas.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

22. Capital

Os objetivos de gestão do capital na Companhia obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Cares Seguros está obrigada pelas Autoridades de Supervisão, nomeadamente pelo Instituto de Seguros de Portugal;
- Gerar uma rentabilidade adequada para o Grupo, criar valor para o acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Cares Seguros está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrentes.

Para atingir os objetivos descritos, a Cares Seguros efetua um planeamento das suas necessidades de capital a curto e médio prazos, tendo em vista o financiamento da sua atividade, sobretudo por recurso ao autofinanciamento.

As exigências regulamentares em vigor decorrem do Decreto-Lei nº 94-B/98, de 17 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 251/2003, de 14 de outubro, e das Normas do Instituto de Seguros de Portugal, nomeadamente da Norma Regulamentar nº 6/2010-R, de 27 de abril, com as alterações decorrentes da Norma Regulamentar nº 12/2011-R, de 30 de outubro, salientando-se as seguintes obrigações:

- Manutenção em permanência de uma margem de solvência suficiente face ao conjunto das atividades da Companhia. Para este efeito, a margem de solvência disponível é determinada nos termos do disposto na legislação acima referida, sendo aplicáveis os ajustamentos prudenciais previstos nas normas regulamentares do Instituto de Seguros de Portugal.
- Manutenção de um fundo de garantia, que faz parte integrante da margem de solvência e que corresponde a um terço do valor da margem de solvência exigida, não podendo, no entanto, ser inferior aos limites mínimos legalmente estabelecidos.
- As provisões técnicas serem a qualquer momento representadas na sua totalidade por ativos equivalentes, sujeitos a um conjunto de regras de diversificação e dispersão prudenciais, cujo cumprimento é monitorado pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A análise e o cumprimento dos objetivos são garantidos pela administração e direção da Companhia. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém a margem de solvência e o fundo de garantia acima dos montantes mínimos exigidos e as provisões técnicas encontram-se adequadamente representadas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Companhia está representado por 1.500.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o capital da Companhia é integralmente detido pela Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A..

23. Outras Rubricas de Capital Próprio

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as outras rubricas de capital próprio apresentam a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Reservas de reavaliação:		
Por ajustamentos no justo valor		
- de ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 5)	2 126 551	(888 898)
	2 126 551	(888 898)
Reserva por impostos diferidos:		
- De ativos financeiros disponíveis para venda	(616 700)	262 225
Outras reservas e resultados transitados		
- Reserva legal	2 631 532	2 181 532
- Outras reservas	4 458 744	3 423 496
	7 090 276	5 605 028
Resultados transitados	204 501	180 428
Resultado do exercício	7 086 709	4 509 321
	15 891 337	9 668 104

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos.

Na Assembleia Geral da Companhia realizada em 28 de março de 2012, foi deliberada a seguinte aplicação do resultado líquido estatutário de 2011:

(Valores em Euros)	
Reserva Legal	450 000
Reservas livres	1 035 248
Distribuição de dividendos	3 000 000
Resultados transitados	24 073
	4 509 321

24. Resultados por Ação

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Companhia apresenta um resultado básico por ação de:

(Valores em Euros)		
	2012	2011
Resultado líquido do exercício	7 086 709	4 509 321
Número total de ações (Nota 22)	1 500 000	1 500 000
Resultados básicos por ação (Euros)	4,7245	3,0062

Não é aplicável o conceito de resultados por ação diluídos uma vez que não existem ações ordinárias, contingentemente emissíveis, nomeadamente através de opções, warrants ou instrumentos financeiros equivalentes à data do balanço.

25. Transação entre Partes Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Cares Seguros, as empresas filiais e associadas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Em 2012 e 2011, as entidades relacionadas da Companhia eram como segue:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que, direta ou indiretamente, controlam a Companhia	
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Portugal
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	Portugal
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Empresas que, direta ou indiretamente, se encontram sob controlo comum da Companhia	
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	Portugal
Cares RH – Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A.	Portugal
Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	Portugal
Universal Seguros, S.A.	Angola
Garantia – Companhia de Seguros, S.A.R.L.	Cabo Verde

Membros do Conselho de Administração da Companhia	
Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Presidente
Luis Filipe Mateus Alves	Vogal
Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Vogal
Membros do Conselho Fiscal	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Presidente
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal
Luis Máximo dos Santos	Vogal

Em 2 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral deliberou nomear o Senhor Luis Filipe Mateus Alves, Vogal do Conselho de Administração da Companhia, em substituição do Senhor Dr. Fernando Augusto Ferreira Santos, para o triénio de 2011 a 2013.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as demonstrações financeiras da Cares Seguros incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Saldos de balanço		
Ativos disponíveis para venda (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	4 238 543	466 255
Investimentos em filiais e associadas (Nota 6):		
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	429 386	429 386
Universal Seguros, S.A.	89 112	91 877
Depósitos à ordem (Nota 7):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	10 970 214	7 197 281
Depósitos a prazo:		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	-
Devedores/Credores por operações de resseguro (Notas 5):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	422 137	937 704
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	542 141
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	1 074 504	794 589
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(203 864)	(128 884)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	91 821	88 080
Universal Seguros (Angola)	29 476	
Devedores por outras operações (Nota 5):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	3 173
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	5 996	-
Credores por outras operações (Nota 5):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(7 933)	-
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	-
Universal Seguros, SA	(56 931)	(56 777)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(3 612)	(1 083)
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(70 612)	(29 911)
Provisão para prémios não adquiridos - resseguro aceite (Nota 4):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(15 568 833)	(9 832 706)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	(4 838 302)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(2 111 862)	(1 968 580)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(304 529)	(358 716)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(6 974)	(7 467)
Universal Seguros, SA	(22 752)	-

Os saldos devedores e credores por outras operações dizem respeito aos valores pendentes de faturas de cedência de pessoal e recibos de seguros.

(Valores em Euros)

	31-12-2012	31-12-2011
Saldos da demonstração dos resultados		
Variação da provisão para prémios não adquiridos de resseguro aceite:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	897 825	(797 095)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	(213 540)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	143 282	(100 506)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(54 187)	30 884
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(493)	1 407
Universal Seguros, SA	22 752	
Participação nos resultados de resseguro aceite (Nota 4):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(2 834 447)	(1 666 452)
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	(768 278)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	(253 861)	(191 420)
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	(9 351)	(9 102)
Contas relativas a cedência de Órgãos sociais (Nota 19):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(44 509)	(136 953)
Contas relativas a cedência de pessoal (Nota 19):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	10 237	36 957
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(24 564)	8 406
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	(19 131)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	-	-
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	53 907	25 277
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	(52 950)	(71 525)
Outras despesas (seguros e rendas):		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	(281 037)	(288 366)
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	(3 052)	(4 112)
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.	(28 999)	(27 271)
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	35 901 423	20 330 725
Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A.	-	10 890 668
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	4 076 032	3 668 036
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	621 132	707 493
Garantia - Companhia de Seguros, S.A.R.L.	165 068	149 748
Universal Seguros, SA	29 477	
Rendimentos de Investimentos (juros e dividendos):		
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	269 233	153 738
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A. (Nota 14)	-	28 610

O número de colaboradores cedidos/recebidos das diversas empresas do grupo são os seguintes:

	31-12-2012	31-12-2011
Trabalhadores cedidos a empresas do grupo:		
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	2	2
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	3	1
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	-	1
Trabalhadores recebidos de empresas do grupo:		
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A.	2	1
Cares RH - Companhia de Assistência e Rep. Seguros, S.A.	3	3

O montante das rendas diz respeito ao arrendamento do edifício da sede da Cares Seguros à Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A..

As transações com entidades relacionadas são efetuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

26. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de acréscimos e diferimentos do ativo apresenta a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
(Valores em Euros)		
Acréscimos de proveitos		
- Juros a receber de depósitos de resseguro aceite	38	6 269
Custos diferidos		
- Seguros	19 038	25 558
- Rendas e alugueres	18 477	17 906
- Licenças de "software"	13 631	54 282
- Outros	9 903	11 763
Total custos diferidos	61 049	109 509
Total acréscimos e diferimentos ativos	61 087	115 778

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de acréscimos e diferimentos do passivo apresenta a seguinte composição:

	(Valores em Euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Férias e subsídio de férias (Nota 3. i))	400 974	287 313
Prémios a pagar a colaboradores	77 305	74 775
Outros	161 604	113 663
	639 883	475 751

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica "Outros" inclui o saldo de 24.406 Euros e 22.756 Euros, respetivamente, relativo ao prémio de permanência (Nota 3.1 j)).

4. Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2012

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2012

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos Nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
CARES RH	5,000			85.88	429,386	85.88	429,386
Sub-Total	5,000				429,386		429,386
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
sub-total	0	0			0		0
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
sub-total							
1.1.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total	0	0			0		0
1.1.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD							
CGD, 3.625%, 21/07/2014, CORP, COV		400,000	87.00		348,000	101.16	404,639
CGD, 3.875%, 06/12/2016, CORP		600,000	80.16		480,936	98.26	589,544
CGD, 4.375%, 13/05/2013, CORP		1,000,000	99.90		999,000	102.71	1,027,098
CGD, 5.125%, 19/02/2014, CORP		2,100,000	95		1,994,435	105.58	2,217,261
sub-total	0	4,100,000			3,822,371		4,238,543
1.1.6 - Títulos de dívida de associadas							
sub-total							
sub-total	5,000	4,100,000			4,251,757		4,667,929
1.2 - Títulos estrangeiros							
1.2.1 - Partes de capital em filiais							
UNIVERSAL SEGUROS SA, AOA	1			89,111.61	89,112	89,111.61	89,112
sub-total	1				89,112		89,112
1.2.2 - Partes de capital em associadas							
sub-total	0	0	0.00		0		0
1.2.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
sub-total							
1.2.4 - Partes de capital em outras empresas participadas e participantes							
sub-total							
1.2.5 - Títulos de dívida do Grupo CGD							
sub-total	0	0			0		0
1.2.6 - Títulos de dívida de associadas							
sub-total							
sub-total	1	0			89,112		89,112
total	5,001	4,100,000			4,340,869		4,757,041
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Ações							
sub-total	0	0			0		0
2.1.1.2 - Títulos de participação							
sub-total	0	0			0		0
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LUSIMOVEST, FI	1,624			50.35	81,762	60.11	97,614
SAUDEINVEST (FI)	200			1,000.00	200,000	1,160.50	232,100
sub-total	1,824	0			281,762		329,714

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2012

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
2.1.1.4 - Outros							
sub-total	0	0			0		0
sub-total	1,824	0			281,762		329,714
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PGB, 3,35%, 15/10/2015, GOVT		1,984,000	98		1,935,413	98.49	1,953,976
sub-total	0	1,984,000			1,935,413		1,953,976
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.1.2.3 - De outros emissores							
BES, FRN, 08/05/2013, CORP		50,000	100		49,973	98.81	49,405
BES, FRN, 25/02/2013, CORP		1,800,000	98		1,764,913	99.59	1,792,561
REN, 6,375%, 10/12/2013, CORP		700,000	90		626,526	104.67	732,691
sub-total	0	2,550,000			2,441,412		2,574,656
sub-total	0	4,534,000			4,376,825		4,528,632
total	1,824	4,534,000			4,658,587		4,858,346
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Ações							
sub-total	0	0			0		0
2.2.1.2 - Títulos de participação							
sub-total							
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
sub-total	0	0			0		0
2.2.1.4 - Outros							
sub-total	0	0			0		0
sub-total	0	0			0		0
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
BGB, 4%, 28/03/2017, GOVT		676,000	97		658,851	116.98	790,795
BTPS, 4,25%, 01/02/2015, GOVT		485,000	101		492,033	106.11	514,636
DBR, 4%, 04/01/2037, GOVT		1,615,000	92		1,492,515	139.26	2,249,070
DBR, 4,75%, 04/07/2034, GOVT		300,000	104		312,114	148.33	444,997
FRTR, 3,25%, 25/04/2016, GOVT		242,000	103		248,703	111.96	270,934
FRTR, 4,25%, 25/10/2017, GOVT		1,089,000	100		1,093,980	117.62	1,280,829
FRTR, 4,25%, 25/10/2023, GOVT		777,000	96		747,426	121.12	941,065
FRTR, 5%, 25/10/2016, GOVT		175,000	114		198,916	118.22	206,881
NETHERLANDS, 4%, 15/07/2019, GOVT		555,000	105		582,206	121.38	673,643
NETHERLANDS, 4,5%, 15/07/2017, GOVT		180,000	109		196,025	120.29	216,528
RAGB, 3,5%, 15/09/2021, GOVT		308,000	92		282,759	116.89	360,024
SPGB, 3%, 30/04/2015, GOVT		650,000	97		631,475	101.56	660,164
sub-total	0	7,052,000			6,937,004		8,609,566
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
sub-total							
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABBEE NATIONAL, 2,5%, 18/03/2013, CORP		100,000	100		99,772	102.40	102,403
ABBEE NATIONAL, 3,625%, 08/09/2016, CORP		200,000	101		202,490	110.87	221,734
ABN AMRO, FRN, 08/06/2015, CORP, CALL		110,000	100		110,019	93.59	102,950
ABN AMRO, FRN, 15/01/2013, CORP		400,000	100		401,372	100.28	401,116
BANCA INTESA, FRN, 11/04/2013, CORP		100,000	100		100,274	99.93	99,927
BANCA INTESA, FRN, 27/10/2015, CORP		300,000	85		255,933	94.40	283,214
BANK OF AMERICA, FRN, 12/09/2013, CORP		200,000	100		200,339	99.80	199,599
BANK OF SCOTLAND, FRN, 24/10/2013, CORP		450,000	99		445,856	100.07	450,300
BCP FINANCE BANK, FRN, 21/12/2016, CORP, CALL		100,000	100		100,265	74.53	74,527

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2012

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
BEI, 2.625%, 15/03/2018, CORP		195,000	102		197,925	111.70	217,819
BFCM, FRN, 10/02/2016, CORP		1,500,000	96		1,445,700	97.59	1,463,793
BFCM, FRN, 24/03/2014, CORP		250,000	96		241,173	99.91	249,774
BHP, 4.375%, 26/02/2014, CORP		50,000	98		49,002	108.14	54,072
BMW FINANCE, 4%, 17/09/2014, CORP		700,000	103		719,880	106.82	747,717
BMW FINANCE, 4.25%, 22/01/2014, CORP		258,000	98		253,116	107.85	278,241
BNP PARIBAS, 4.75%, 28/05/2013, CORP		150,000	104		156,591	104.59	156,891
BPCE, FRN, 29/10/2013, CORP		1,500,000	100		1,501,680	100.69	1,510,398
BPU BANCA, FRN, 30/10/2018, CORP, CALL)		100,000	100		100,487	80.62	80,620
CELF 2007-1X B, FRN, 03/05/2023, MTGE		100,000	101		100,517	81.12	81,118
CITIGROUP, 4.75%, 31/05/2017, CORP, CALL)		150,000	100		149,637	92.37	138,561
CITIGROUP, FRN, 05/03/2014, CORP		450,000	98		439,934	99.45	447,547
COMMERZBANK, 4.125%, 13/09/2016, CORP, CALL)		200,000	99		197,752	88.89	177,774
CREDIT AGRICOLE, 3.875%, 12/01/2021, CORP		600,000	98		589,188	119.69	718,158
DAIMLER, 6.125%, 08/09/2015, CORP		100,000	99		99,495	115.59	115,585
DAIMLER, FRN, 17/04/2013, CORP		148,000	101		149,174	100.41	148,600
DNBK, FRN, 16/01/2014, CORP		1,000,000	99		993,872	100.10	1,001,037
DNBNOR, 2.75%, 20/04/2015, CORP		1,525,000	102		1,556,110	107.17	1,634,407
E.ON, 5.25%, 08/09/2015, CORP		50,000	100		49,863	113.23	56,614
EDP FINANCE, 3.25%, 16/03/2015, CORP		500,000	99		497,460	102.58	512,886
EDP FINANCE, 3.75%, 22/06/2015, CORP		490,000	99		484,023	102.86	504,027
ENEL, 5.25%, 20/06/2017, CORP		150,000	100		150,333	112.86	169,289
ENEL, FRN, 14/01/2015, CORP		250,000	100		248,750	98.08	245,195
ENEL, FRN, 20/06/2014, CORP		1,150,000	99		1,134,972	98.40	1,131,608
ENI, FRN, 29/06/2015, CORP		1,300,000	101		1,311,084	99.71	1,296,178
ERSTE BANK, FRN, 06/02/2014, CORP		1,500,000	98		1,471,800	99.76	1,496,403
EUROC VII-X A, FRN, 17/04/2023, MTGE		96,660	100		96,739	95.63	92,436
FORTIS BANK, 4.25%, 23/03/2021, CORP, CALL)		150,000	96		144,451	100.89	151,337
GAZPROM, 5.364%, 31/10/2014, CORP		50,000	99		49,597	107.59	53,796
GE CAPITAL FNDNG, 5.375%, 16/01/2018, CORP		50,000	101		50,307	124.02	62,008
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 03/04/2014, CORP		400,000	99		394,640	100.00	400,019
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 22/02/2016, CORP		550,000	99		544,187	97.99	538,928
GE CAPITAL FNDNG, FRN, 28/07/2014, CORP		650,000	99		640,855	99.91	649,442
GRAN MORTGAGES 2004-3 2A2, FRN, 20/09/2044, MTGE		5,221	105		5,474	98.25	5,129
HARBUM 9X B, FRN, 08/05/2023, MTGE		100,000	101		101,441	74.63	74,625
HBOS, FRN, 01/09/2016, CORP, CALL)		50,000	101		50,637	88.78	44,392
HERME 10 A, FRN, 18/09/2039, MTGE		58,761	103		60,279	98.14	57,666
ING BANK, 4.625%, 15/03/2019, CORP, CALL)		280,000	99		278,120	102.09	285,861
ING BANK, 5.25%, 06/05/2018, CORP		170,000	114		194,123	124.58	211,788
ING BANK, FRN, 18/03/2016, CORP, CALL)		200,000	100		200,256	94.06	188,112
ING GROEP, FRN, 11/04/2016, CORP		360,000	97		350,297	97.97	352,680
JOHNSON & JOHNSON, 4.75%, 06/11/2019, CORP		50,000	99		49,735	123.41	61,706
JPM, FRN, 02/03/2015, CORP		200,000	96		192,052	99.61	199,216
JPM, FRN, 30/01/2014, CORP		450,000	99		445,410	99.96	449,802
LANDSBANKI ISLAND, FRN, 18/05/2012, CORP, INCUMP)		50,000	100		49,925	2.13	1,063
LINDE FINANCE, 6.75%, 08/12/2015, CORP		1,500,000	115		1,724,280	117.98	1,769,735
LLOYDS, FRN, 25/03/2013, CORP		400,000	100		401,752	100.27	401,082
MALIN 2007-1X D, FRN, 07/05/2023, MTGE		100,000	100		100,268	64.23	64,232
MERRILL LYNCH, FRN, 31/01/2014, CORP		150,000	100		149,378	99.36	149,045
MORGAN STANLEY, FRN, 29/11/2013, CORP		240,000	100		239,970	99.70	239,281
NAB, FRN, 07/04/2014, CORP		250,000	98		246,073	100.66	251,653
NAB, FRN, 22/10/2013, CORP		350,000	100		350,033	100.51	351,775
NATIXIS, FRN, 14/05/2019, CORP, CALL)		250,000	99		246,277	98.02	245,055
NATL GRID, 4.125%, 21/03/2013, CORP		78,000	98		76,465	103.87	81,021

Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

em 31 de dezembro de 2012

Anexo 1
(Valores em Euros)

Identificação dos Títulos Designação	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Valor de balanço total
OHECP 2007-1X B, FRN, 15/08/2023, MTGE		100,000	100		100,126	96.66	96,662
OHECP 2007-1X C1, FRN, 15/08/2023, MTGE		100,000	99		99,392	96.58	96,579
PROCTER & GAMBLE, 4.5%, 12/05/2014, CORP		50,000	99		49,333	108.47	54,235
RABOBANK, FRN, 19/05/2014, CORP		700,000	100		698,640	100.34	702,367
RHIPO 8 B, FRN, 19/01/2044, MTGE		200,000	101		201,506	38.51	77,021
SANPAOLO IMI, FRN, 20/02/2018, CORP		50,000	100		50,055	84.38	42,190
SANTANDER ISSUAN, 4.5%, 30/09/2019, CORP, CALL)		200,000	98		196,366	83.65	167,290
SHELL INT FIN, 4.625%, 22/05/2017, CORP		50,000	98		49,204	119.12	59,559
SKANDINAV ENSKIL, 4%, 31/03/2014, CORP		150,000	104		155,669	107.57	161,353
TELECOM ITALIA, FRN, 19/07/2013, CORP		500,000	99		493,750	100.09	500,444
TELEFONICA, 5.125%, 14/02/2013, CORP		124,000	100		124,009	104.94	130,128
TELEFONICA, FRN, 02/06/2015, CORP		250,000	102		255,350	99.98	249,939
TELIASONERA, FRN, 07/03/2013, CORP		500,000	100		499,675	100.07	500,348
TOTAL CAPITAL, 4.875%, 28/01/2019, CORP		600,000	108		649,440	125.52	753,138
UBS AG JERSEY, 4.5%, 16/09/2019, CORP, CALL)		233,000	99		229,844	103.59	241,367
UNLEVERAGED EUROPEAN ABS 12 (131), FRN, 16/10/2013, CORP		335,487	90		303,460	83.02	278,535
VERBUND, 4.75%, 17/04/2015, CORP		1,400,000	106		1,477,784	112.18	1,570,527
VODAFONE GROUP, FRN, 05/09/2013, CORP		900,000	100		902,085	100.32	902,879
VODAFONE GROUP, FRN, 06/06/2014, CORP		600,000	99		592,980	100.25	601,527
VOLKSWAGEN LEASING, FRN, 03/06/2013, CORP		200,000	100		199,460	100.14	200,284
VOLKSWAGEN, FRN, 19/05/2014, CORP		400,000	100		401,124	100.33	401,300
WESTPAC, FRN, 29/10/2013, CORP		1,500,000	100		1,504,080	100.47	1,507,064
sub-total	0	32,707,129			32,872,192		33,297,706
sub-total		39,759,129			39,809,195		41,907,272
total	0	39,759,129			39,809,195		41,907,272
2.4 - Derivados de cobertura							
sub-total	0	0			0		0
3 - TOTAL GERAL	6,825	48,393,129			48,808,651		51,522,659

5. Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Avaliação do grau de cumprimento dos Princípios de Bom Governo a que a Companhia se encontra obrigada de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007.

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Missão, Objetivos e Princípios Gerais de Atuação	Cumprimento, respeito e divulgação da missão, objetivos e políticas, para si e para as participadas que controla, fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, visando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios fixados de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e satisfação das necessidades da coletividade;	Cumprido.	1.1. e 1.2.
	Elaboração de planos de atividade e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta a sua missão e os objetivos fixados;	Cumprido.	1.2.
	Adoção de planos de igualdade, de modo a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres e permitindo a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;	Cumprido.	2.3.1. e 2.3.2.
	Reporte de informação anual, de como foi prosseguida a missão, grau de cumprimento dos objetivos, forma de cumprimento da política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e forma de salvaguarda da sua competitividade;	Cumprido.	1.2.
	Cumprimento de legislação e regulamentação, adotando um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral;	Cumprido.	2.2.1. a 2.2.5.
	Tratamento com respeito e integridade de todos os trabalhadores, contribuindo para a sua valorização pessoal;	Cumprido.	2.3.3.
	Tratamento com equidade de clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos, estabelecendo e divulgando procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços, adotando critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia, que assegurem a eficiência das transações realizadas e que garantam a igualdade de oportunidades para todos os interessados, devendo divulgar anualmente todas as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado e a lista dos fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (se a % ultrapassar 1M€);	Cumprido.	3. e 4.
	Conduzir com integridade todos os negócios da empresa (ter ou aderir a um código ético que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos e proceder à sua divulgação).	Cumprido.	2.1.1.
Estruturas de Administração e Fiscalização	Número de membros não exceder o de empresas privadas comparáveis, de dimensão semelhante e do mesmo setor;	Cumprido.	5.1. e 5.2.
	O modelo de governo deve assegurar a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização;	Cumprido.	5.4.
	Empresas de maior dimensão e complexidade devem ter as contas auditadas por entidades independentes com padrões idênticos aos praticados para empresas admitidas à negociação em mercados regulamentados, devendo os membros do órgão de fiscalização ser os responsáveis pela seleção, confirmação e contratação de auditores, pela aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria e ser os interlocutores empresa/auditores;	Cumprido.	5.3.
	Implementação do sistema de controlo, que proteja os investimentos e ativos da empresa e que abarque todos os riscos relevantes assumidos pela empresa;	Cumprido.	5.4.
	Promover a rotação e limitação dos mandatos dos membros dos órgãos de fiscalização.	Cumprido.	5.2.

(continuação)

Princípios do Bom Governo	Recomendações	Grau de cumprimento (1)	Referência no relatório
Remuneração e Outros Direitos	Divulgação anual das remunerações totais (fixas e variáveis) auferidas por cada membro do órgão de administração;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual das remunerações totais auferidas por cada membro do órgão de fiscalização;	Cumprido.	6.
	Divulgação anual dos demais benefícios e regalias (seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa).	Cumprido.	6.
Prevenção de conflitos de interesses	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de se absterem de intervir em decisões que envolvam o seu próprio interesse;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa;	Cumprido.	5.5.
	Obrigação dos membros dos órgãos sociais de declararem relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros, suscetíveis de gerar conflito de interesse.	Cumprido.	5.5.
Divulgação de informação relevante	Divulgar publicamente, de imediato, todas as informações de que tenham conhecimento, suscetíveis de afetar de modo relevante a situação económica, financeira e patrimonial da empresa;	Cumprido.	7.1.
	Incluir no Relatório de Gestão ponto relativo ao governo da sociedade (regulamentos internos e externos a que está sujeita, informações sobre transações relevantes com entidades relacionadas, remunerações dos membros dos órgãos sociais, análise de sustentabilidade e avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo);	Cumprido.	7.2. e 7.3.
	Nomeação do provedor do cliente, quando se justificar.	Cumprido.	7.4.

(1) Grau de cumprimento: cumprido, cumprido parcialmente, não cumprido, não aplicável.

1. Missão, Objetivos e Políticas da Empresa

1.1. Missão

A Companhia tem como Missão consolidar a sua posição no setor segurador através, quer da oferta de produtos e da prestação de serviços de qualidade, quer do contributo para a criação de valor em conjunto com todas as entidades que se relacionam com a empresa.

1.2. Objetivos Estratégicos

A Companhia, para além das orientações estratégicas definidas para a globalidade do Setor Empresarial do Estado através de Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 70/2008, de 22 de abril, está sujeita a orientações de gestão específicas definidas pelo acionista.

Essas orientações consubstanciam-se nos seguintes três grandes objetivos estratégicos, que funcionam como linhas de orientação de longo prazo e de suporte à atuação da empresa: criação de valor para o Acionista; melhoria da oferta e da qualidade de serviço aos Clientes; valorização e motivação dos Colaboradores.

A Companhia desenvolve, anualmente, um processo de planejamento, consubstanciado na elaboração do Orçamento, sendo igualmente estabelecidos os objetivos que decorrem da Missão e do Quadro de referência estratégico em vigor.

O acompanhamento da execução do plano de atividade e orçamento aprovados, é realizado a partir de um sistema de informação de gestão.

Anualmente, é apresentada no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.

2. Princípios Gerais de Atuação

2.1. Regulamentos Internos e Externos a que a Empresa está Sujeita

A Companhia está sujeita a todas as normas legais relativas às sociedades anônimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais, e às decorrentes do seu estatuto de empresa de capitais públicos, de que se destacam a Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março, que aprovou os princípios de bom governo das empresas do Setor Empresarial do Estado (SEE), cujo regime jurídico consta do DL nº 558/99, de 17 de dezembro, com a redação atualmente em vigor.

A Companhia está também sujeita a normas aplicáveis em matéria de acesso e exercício da atividade seguradora.

A Companhia dispõe de um Sistema de Normas Interno (SNI), publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, às quais todos os colaboradores se encontram sujeitos, o qual abrange os aspetos mais relevantes do respetivo funcionamento e do exercício da atividade. O SNI estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes.

2.1.1. Código de Conduta

A Companhia dispõe de um Código de Conduta, que contempla e sistematiza os princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores, publicado na intranet ou divulgado internamente através dos meios de comunicação institucionais, Código de Conduta este que se encontra igualmente publicado no sítio da internet da Companhia.

2.2. Cumprimento de Legislação e Regulamentação

Toda a atividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas, existindo um sistema de controlo interno para monitorizar esse cumprimento.

Neste contexto, a Companhia adota um comportamento eticamente correto na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.

2.2.1. Aplicação de normas de natureza fiscal

No que se reporta ao cumprimento da legislação e regulamentação em matéria fiscal, a Companhia dispõe dos competentes serviços destinados ao cumprimento das obrigações fiscais e à interpretação das normas aplicáveis, quer as relativas à empresa, quer as relativas aos seus produtos.

2.2.2. Aplicação de normas de branqueamento de capitais

No que concerne à prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, a atividade da Companhia é norteada pelo cumprimento rigoroso da legislação e regulamentação, embora a sua atividade não esteja exposta a este tipo de ameaça. Assim, os colaboradores da empresa encontram-se obrigados ao cumprimento escrupuloso dos deveres consagrados no ordenamento jurídico vigente, designadamente o dever de diligência relativo ao conhecimento das relações de negócio levadas a cabo pelos respetivos clientes, o de conservação dos documentos e o de comunicação tempestiva das operações potencialmente suspeitas de configurar branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo.

2.2.3. Normas de concorrência e de proteção do consumidor

Tem sido preocupação da Companhia assegurar uma total transparência das práticas comerciais, procurando reduzir a complexidade dos produtos, melhorando os seus conteúdos informativos e não se envolvendo em metodologias de venda agressivas, que possam comprometer uma sã e menos leal concorrência.

Assim, a Companhia tem vindo a implementar um circuito para o lançamento e comercialização de produtos que tem em consideração o enquadramento legislativo e regulamentar aplicável, nomeadamente as normas de concorrência e de proteção do consumidor.

2.2.4. Aplicação de normas de natureza ambiental

A Companhia está comprometida com a preservação do ambiente, traduzida não só no cumprimento das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

2.2.5. Aplicação de normas de índole laboral

A Companhia pauta as suas relações laborais por critérios de grande rigor e elevados padrões éticos, procurando sempre evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

2.3. Implementação de Políticas de Recursos Humanos

A política de recursos humanos da Companhia é norteada por um conjunto de pilares que assentam nos seguintes princípios:

- A humanização das relações e das condições de trabalho;
- A prática da não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- O respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- A adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades.

2.3.1. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

A distribuição do efetivo na Companhia apresenta uma distribuição equitativa por sexos, comum às funções administrativas, técnicas e específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, a Companhia não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género, etnia ou nacionalidade.

Por outro lado, a Companhia, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da Pessoa, enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

2.3.2. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

A Companhia tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

2.3.3. Valorização profissional dos trabalhadores

A Companhia promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

3. Transações Relevantes com Entidades Relacionadas

Ver Nota 25 do anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012.

4. Outras Transações

4.1. Procedimentos em Matéria de Aquisição de Bens e Serviços

A Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalização dos contratos estabelecidos.

4.2. Transações que Não Tenham Ocorrido em Condições de Mercado

Não se verificaram na Companhia transações fora das condições de mercado.

4.3. Lista de Fornecedores que Representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos em Base Individual se a Percentagem Ultrapassar 1M€

Não existem na Companhia fornecedores nestas condições.

5. Modelo de Governo

O modelo de governo da Companhia que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, assenta, de acordo com os Estatutos da Companhia, nos seguintes órgãos sociais:

- A Assembleia Geral;
- O Conselho de Administração;
- O Conselho Fiscal;
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Os membros dos órgãos sociais da Companhia são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

5.1. Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia-geral, cujo mandato em curso corresponde ao triénio 2011-2013, tinha em 31 de dezembro de 2012 a seguinte composição:

Presidente: Maria Isabel Toucedo Lage

Secretário: Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

A Assembleia Geral delibera sobre as matérias que lhe são atribuídas por lei e pelos Estatutos da Companhia.

5.2. Conselho de Administração

O Conselho de Administração, cujo mandato em curso corresponde ao período 2011-2013 tinha, em 31 de dezembro de 2012, a seguinte composição:

Presidente: “CAIXA SEGUROS E SAÚDE, S.G.P.S., S.A.”, que nomeou para exercer o cargo em nome próprio Francisco Xavier da Conceição Cordeiro.

Vogais: Ana Rita Martins Sambado de Macedo

Luis Filipe Mateus Alves

As competências do Conselho de Administração decorrem da lei e dos Estatutos da Companhia.

5.3. Órgãos de Fiscalização

A fiscalização da Companhia compete a um Conselho Fiscal e a uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso, a 31 de dezembro de 2012, correspondia ao período 2011-2013.

5.3.1. Conselho Fiscal

Em 31 de dezembro de 2012, o Conselho Fiscal tinha a seguinte composição:

Presidente: Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

Vogais: João Filipe Gonçalves Pinto

Luis Máximo dos Santos

Suplente: João Manuel Gonçalves Correia das Neves Martins

5.3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas designada é a Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira.

5.4. Auditor Externo

A auditoria anual às contas da Companhia é efetuada por entidade independente externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A. que tem como interlocutores privilegiados o Conselho de Administração e o responsável pela Área de Contabilidade, Financeira e Administrativa.

5.5. Sistema de Controlo

A Companhia assegura a segregação das funções de execução das operações de mercado e o controlo do risco decorrente das mesmas.

No âmbito do controlo e gestão de riscos associados à atividade, a Companhia definiu políticas específicas de gestão de risco e controlo interno.

A Gestão de Risco é objeto de um capítulo autónomo do Relatório e Contas de que este relatório sobre o bom governo da sociedade constitui anexo.

5.6. Prevenção de Conflitos de Interesses

Os membros do Conselho de Administração têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam escrupulosamente essas mesmas normas na sua atividade.

Não existem incompatibilidades, decorrentes do Estatuto do Gestor Público ou de quaisquer outras normas, entre o exercício dos cargos de administração na Companhia e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.

6. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais e dos Colaboradores

Órgãos Sociais

A Comissão de Remunerações de que é membro a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., representada, por Eugénio Manuel dos Santos Ramos e Salomão Jorge Barbosa Ribeiro, submeteu à Assembleia Geral de 28 de março de 2012, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pelo acionista único.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Companhia é fixada tendo como referência os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, aprovados pelo Conselho de Administração da sociedade-mãe do Grupo.
- Neste contexto, a remuneração fixa dos membros com funções executivas do Conselho de Administração tem como referência uma grelha salarial aplicável aos administradores executivos das empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a qual é construída atendendo à dimensão, à complexidade de gestão e às condições concorrenciais do mercado de emprego do setor de atividade onde cada uma das empresas do Grupo está inserida.
- A componente fixa foi reduzida em 5%, por aplicação, desde 1 de junho de 2010, do artigo 12º e 20º, nº 4, da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho.
- A partir de 1 de janeiro de 2011 foi aplicada uma nova redução remuneratória de 10%, por força do artigo 19º nº 1 alínea c) da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro.
- A remuneração variável dos administradores da Companhia com funções executivas é atribuída individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício em causa, não excedendo 50% da remuneração fixa anual.
- De acordo com o artigo 29º da Lei nº 64-B/2011, que aprova o Orçamento do Estado para 2012, durante o período de execução do PAEF (Programa de Assistência Económica e Financeira) não haverá remunerações variáveis.

- Também durante o período de execução do PAEF, é suspenso o pagamento de Subsídios de Férias e de Natal, em conformidade com o disposto no artigo 21º da referida Lei nº 64-B/2011.
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não têm qualquer remuneração, fixa ou variável.
- No ano de 2012, a Comissão de Remunerações aplicará à Sociedade as regras que forem definidas para as empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo em consideração as alterações ao Estatuto do Gestor Público, aprovadas pelo Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro e pela Resolução do Conselho de Ministros nº 16/2012, de 14 de fevereiro. Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa, limitada a 15% da remuneração fixa dos administradores executivos com cargo correspondente.”

A política de remuneração supra definida foi a aplicada no exercício de 2012.

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta do Anexo ao Relatório do Governo da Sociedade.

Colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP)

A política de remuneração dos colaboradores é aprovada pelo Conselho de Administração.

O modelo salarial é único para toda a organização, procurando-se para cada função estabelecer princípios que conduzam a uma prática de equidade interna.

A remuneração tem uma componente fixa e uma componente variável.

A remuneração variável é atribuída, individualizada e anualmente, em função da avaliação do desempenho do exercício a que se reporta, estando limitada em conformidade com o respetivo regulamento anual.

A remuneração variável é atribuída considerando os seguintes fatores: o desempenho da unidade orgânica em que o colaborador se insere e o desempenho individual.

A avaliação de desempenho individual é feita com base no Modelo de Avaliação de Desempenho que tem duas vertentes: a das competências, comportamentais e específicas da função e a dos objetivos quantitativos.

Na avaliação de desempenho dos colaboradores abrangidos pela Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril do ISP, a componente associada às competências têm maior peso que a componente associada aos objetivos quantitativos.

Avaliação do grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
	<p>II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.</p>	Cumprida	
	<p>II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da Instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.</p>	Cumprida	
	<p>II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.</p>	Cumprida	
III. Comissão de remuneração	<p>III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da Instituição e da sua implementação, em particular, no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Instituição.</p>	Cumprida	
	<p>III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.</p>	Cumprida	
	<p>III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da Instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	Não aplicável	Não há recurso a prestação de serviços externos em matéria de remunerações.
	<p>III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.</p>	Cumprida	
	<p>III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.</p>	Cumprida	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração Membros executivos	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da Instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da Instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da Instituição.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-b/2011, de 30 de dezembro
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela Instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da Instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da Instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro. Acresce que tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus administradores.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a Instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da Instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações	
Membros não executivos	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro	
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de qualquer remuneração variável por força do estabelecido no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República, de 29 de março, e bem assim no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro	
	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Cumprida		
	Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Os gestores públicos estão sujeitos às regras previstas no estatuto do gestor público aprovado pelo Decreto-Lei 71/2007, de 27 de março.
V. Remuneração dos colaboradores	Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da Instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela Instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
		V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela Instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da Instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da Instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não aplicável	Tratando-se de uma empresa pública de capital exclusivamente público não há lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
	Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria Instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da Instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.	

(continuação)

Item	Recomendação	Grau de cumprimento	Observações
Diferimento da remuneração variável	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da Instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da Instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo CGD tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na Instituição e não em relação ao desempenho desta.	Não aplicável	A função atuarial e o atuário responsável não são remunerados pela Cares Seguros.
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da Instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da Instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da Instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

7. Divulgação de Informação Relevante

7.1. Divulgação de Informação Privilegiada

A Companhia não se encontra admitida à cotação, nem detém emissões de títulos transacionados em mercados financeiros, pelo que não tem nomeado um representante para as relações com o mercado.

7.2. Divulgação de Informação Sobre o Governo Societário

O presente relatório sobre o Governo da Sociedade, que constitui um capítulo autónomo do Relatório e Contas de 2012 da Companhia, visa dar cumprimento à Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

7.3. Análise da Sustentabilidade da Empresa

No atual contexto da economia mundial as matérias de desenvolvimento sustentável são cada vez mais importantes, uma vez que dizem respeito à responsabilidade das empresas para com os seus clientes, colaboradores e para com a sociedade em geral.

A Companhia tem, neste domínio, uma responsabilidade acrescida, não só porque integra o grupo Caixa Geral de Depósitos, mas também porque está integrada na Caixa Seguros e Saúde, cujas participadas detêm, em conjunto, a liderança no mercado segurador e uma presença relevante na área da prestação de cuidados de saúde.

Num contexto de instabilidade financeira e económica, como o que se continuou a viver durante o ano de 2012, os fatores de transparência, ética e responsabilidade ganharam uma especial relevância, constituindo mais um elemento catalizador de uma provável mudança de paradigma, valores e atitudes em que os temas da sustentabilidade ganharam importância acrescida.

Em linha com o seu acionista, a Companhia encara a sustentabilidade como uma gestão equilibrada entre os aspetos de transparência e governo da sociedade, tendo, assim, em curso, um conjunto de ações concretas suportadas na solidez e capacidade de resposta às necessidades e expectativas da sociedade.

7.4. Nomeação de um Provedor do Cliente

A Companhia dispõe, desde novembro de 2009, de um Provedor do Cliente, estando assegurado o direito de reclamação, bem como a apresentação de sugestões, que pode ser exercido em qualquer ponto de contacto com os seus clientes.

A Companhia dá particular ênfase à gestão e tratamento das reclamações, na dupla perspetiva de melhoria de serviço ao cliente e de controlo interno.

As reclamações e sugestões são tratadas e acompanhadas com o máximo rigor e celeridade, por estruturas dedicadas que garantem a centralização, a análise, o tratamento e a resposta a todas as reclamações e sugestões, qualquer que seja o canal de contacto e o suporte utilizado pelo Cliente.

8. Anexo

8.1. Mesa da Assembleia Geral

(Valores em Euros)

Mesa da Assembleia Geral 2011-2013	2012	
	Presidente Maria Isabel Toucedo Lage	Secretário Salomão Jorge Barbosa Ribeiro
Remuneração anual fixa	0	0
Redução remuneratória*	0	0
Remuneração anual efetiva	0	0

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

8.2. Órgãos de Fiscalização

Conselho Fiscal

(Valores em Euros)

Conselho Fiscal 2011-2013	2011			2012		
	Presidente Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal Luis Máximo dos Santos	Presidente Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal Luis Máximo dos Santos
Remuneração anual fixa	11 200	0	8 400	10 320	0	8 400
Redução remuneratória*	-917	0	-469	-786	0	-402
Remuneração anual efetiva	10 283	0	7 931	9 534	0	7 998

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

(Valores em Euros)

Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira	2011	2012
Remuneração anual auferida	0	0
Redução remuneratória*	0	0
Remuneração anual efetiva	0	0

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

8.3. Auditor Externo

(Valores em Euros)

Deloitte & Associados, SROC, S.A., representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira	2011	2012
Remuneração anual auferida	26 961	26 961
Redução remuneratória*	0	0
Remuneração anual efetiva	26 961	26 961

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável

8.4. Conselho de Administração

(Valores em Euros)

Conselho de Administração 2011-2013	Presidente Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Vogal Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Vogal Luís Filipe Mateus Alves
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Sim	Sim	Sim
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	0	0	76 941
OPRLO	Não	Não	Não
Entidade de Origem (identificar)	N/A	N/A	N/A
Entidade pagadora (origem/Destino)			
1.1. Remuneração Anual	0	0	101 095
1.2. Despesas de Representação (Anual)	0	0	0
1.3. Senha de presença (Valor Anual)	0	0	0
1.4. Redução decorrente da Lei 12-A/2010	0	0	0
1.5. Redução decorrente da Lei 64-B/2011	0	0	-8 665
1.6. Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	0	0	-17 865
1.7. Reduções de anos anteriores	0	0	0
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	0	0	74 565
2. Remuneração variável	0	0	0
3. Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0	0	0
4. Outras (identificar)	0	0	2 376
Subsídio de deslocação	0	0	0
Subsídio de refeição	0	0	2 376
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social (Segurança Social)	0	0	18 736
Seguros de saúde	0	0	1 392
Seguros de vida	0	0	78
Seguros de Acidentes Pessoais	0	0	167
Outros (indicar)	0	0	808
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Não	Sim
	NIF 500918880		NIF 502502398
	NIF 504011944		NIF 505966603
Entidade	NIF 500926980	Não	NIF 507679350
	NIF 502502398		
	NIF 505966603		
Remuneração Anual	(*)	0	0

(*) Conforme explicitado nos respetivos Relatórios e Contas

(Valores em Euros)

Parque Automóvel 2011-2013	Presidente	Vogal	Vogal
	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Luís Filipe Mateus Alves
Modalidade de Utilização	-	-	Renting
Valor de referência da viatura nova	-	-	N/A
Ano Início	-	-	2009
Ano Termo	-	-	2013
N.º prestações (se aplicável)	-	-	48
Valor Residual	-	-	N/A
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	-	-	4 696
Combustível gasto com a viatura	-	-	2 478
Plafond anual combustível atribuído	-	-	1 200L
Outros (Portagens/Reparações/Seguro)	-	-	790
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	-	-	N/A

(Valores em Euros)

Outras regalias e compensações 2011-2013	Presidente	Vogal	Vogal
	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Luís Filipe Mateus Alves
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	0	0	Sem Limite
Gastos anuais com comunicações móveis	0	0	2 111
Outras (indicar)	0	0	0
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)	-	-	N/A

(Valores em Euros)

Gastos c/ deslocações 2011-2013	Presidente	Vogal	Vogal
	Francisco Xavier da Conceição Cordeiro	Ana Rita Martins Sambado de Macedo	Luís Filipe Mateus Alves
Custo total anual c/ viagens	0	0	57
Custos anuais com Alojamento	0	0	0
Ajudas de custo	0	0	0
Outras (indicar)	0	0	0

6 ■ Relatório Sobre o Cumprimento das Orientações Legais

1. Cumprimento das Orientações Legais Relativas aos Objetivos de Gestão

Não foram fixados para a Companhia, orientações nem objetivos de gestão para o exercício de 2012, nos termos previstos no Art.º 11º do Decreto-Lei 300/2007, de 23 de agosto.

No entanto, os objetivos definidos estão enquadrados pelo orçamento e plano de atividades definidos e aprovados pelo acionista.

2. Cumprimento das Recomendações do Acionista - - Diligências e Resultados Obtidos

Aquando da aprovação das contas do exercício de 2011, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional, tendo, contudo, dado o seu acordo ao orçamento e plano de atividades.

3. Cumprimento das Orientações Relativas às Remunerações

3.1. Órgãos Sociais

A Companhia cumpriu com o determinado no Despacho nº 5.696-A/2010 do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, publicado na 2ª Série do Diário da República de 29 de março, e bem assim o estabelecido no artigo 29º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro, sendo que, durante o ano de 2012, à semelhança do que já se verificou em 2010 e 2011, não houve lugar à atribuição de qualquer componente variável da remuneração.

A Companhia cumpriu, integralmente, o previsto no Artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, tendo as remunerações mensais ilíquidas dos membros do Conselho de Administração, quando remunerados, sido reduzidas em 5%.

Neste âmbito, é de salientar que, desde janeiro de 2011, a Companhia aplicou, também, aos membros do Conselho de Administração, quando remunerados, a redução de 10% sobre as remunerações mensais ilíquidas, no cumprimento da alínea c) do nº 1 e da alínea q) do nº 9, do Artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, aplicável também em 2012 por força do estabelecido no Artigo 20º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

De igual modo, foi aplicada a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal, nos termos previstos no artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Foi dado cumprimento ao estabelecido no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente, à proibição de utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa e bem assim à proibição de reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

3.2. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo

Não foi aplicada em 2012 à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e Auditor Externo a redução a que se refere o artigo 26º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

3.3. Colaboradores

Na sequência da entrada em vigor da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012) a Companhia efetuou as reduções remuneratórias com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças para as empresas que integram o Grupo Caixa Geral de Depósitos.

De igual modo, foi aplicada a suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal, nos termos previstos no artigo 21º da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro.

A Companhia cumpre com o princípio da igualdade de género nos termos indicados no Relatório do Bom Governo.

4. Cumprimento das Orientações Relativas às Normas de Contratação Pública

O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Companhia, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.

No entanto, a Companhia dispõe de procedimentos transparentes relativos à aquisição de bens e serviços, pautados pela adoção de critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia.

Os procedimentos adotados são os seguintes:

- Consultas ao mercado – em regra, são consultados três fornecedores por aquisição;
- Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- Autorização de despesas – de acordo com as competências delegadas e regras internamente definidas;
- Contratos com fornecedores de bens/prestadores de serviços – formalizados por escrito.

A Companhia não está sujeita às regras constantes do artigo 47º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.

5. Implementação de Medidas de Racionalização de Política de Aprovisionamento de Bens e Serviços

A Companhia, embora não tenha aderido ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), promoveu a racionalização de políticas de aprovisionamento de bens e serviços.

6. Cumprimento das Orientações Relativas ao Plano de Redução de Custos e a Atrasos nos Pagamentos

A Companhia cumpriu com o estabelecido no seu Plano de Redução de Custos.

A Companhia não apresenta atrasos nos pagamentos, conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

7. Cumprimento das Orientações em Matéria de Efetivos

A Companhia teve nesta matéria o comportamento indicado no quadro abaixo:

(Valores em Euros)

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	3 587 101	3 292 481	2 948 895
Gastos com Órgãos Sociais (€)	199 472	204 315	116 011
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	-16 841	-27 718
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)	493 560	405 237	298 524
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	-7 347	-43 165
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)	2 812 934	2 627 120	2 506 000
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	-3 672	-276 332
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0	0	0
Rescisões/Indemnizações (€)	81 134	55 809	28 361

Designação	2010	2011	2012
N.º Total de RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	122	121	123
N.º Órgãos Sociais (O.S.) (número)	9	9	9
N.º Dirigentes sem O.S. (número)	5	4	4
N.º Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	108	108	110

8. Quadro Resumo do Cumprimento das Orientações Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão (1):					
Objetivo 1 - Ramo Proteção Jurídica - Percentagem de acordos extrajudiciais superior a 35% no total de processos encerrados	S			39,0%	
Objetivo 2 - Garantir que os Clientes que solicitaram assistência tenham um Grau de Satisfação \geq 80% (Grau de Satisfação = Bom ou Muito Bom)	S			85,0%	
Deveres Especiais de Informação			N/A	N/A	
Atrasos nos pagamentos ("Arrears")	S			N/A	Não se verificam atrasos nos pagamentos.
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1			N/A	N/A	Aquando da aprovação das contas do exercício de 2011, o acionista não emitiu qualquer recomendação adicional, tendo, contudo, dado o seu acordo ao orçamento e plano de atividades.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	S			N/A	Não foram pagos prémios de gestão.
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do artigo 20.º da Lei 64-B/2011	S			9 853	Foram aplicados os cortes previstos.
Órgãos sociais - redução de 5% por aplicação do artigo 12.º da Lei 12-A/2010			N/A		O membro do Conselho de Administração remunerado iniciou funções a 02/01/2013.
Órgãos Sociais - suspensão dos subsídios de férias e de natal nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011	S			17 865	Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012) o Grupo CGD, no qual a Cares se insere, efetuou a suspensão do subsídio de férias e de natal.
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 22.º da Lei 55-A/2010			N/A	N/A	Os honorários são contratualizados a nível do Grupo CGD.
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011			N/A	N/A	A Companhia efetuou as reduções remuneratórias com as adaptações justificadas pela sua natureza empresarial e devidamente autorizadas pelo Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças para as empresas que integram o Grupo CGD.
Restantes trabalhadores - suspensão do pagamento de subsídios de férias e de natal nos termos do art.º 21.º da Lei 64-B/2011	S			319 498	Na sequência da entrada em vigor da Lei 64-B/2011, de 30 de dezembro (LOE 2012) o grupo CGD, no qual a Cares se insere, efetuou a suspensão do subsídio de férias e natal.
Artigo 32.º do EGP					
Proibição de utilização de cartões de crédito	S			N/A	Não existe utilização de cartões de crédito.
Proibição de reembolso de despesas de representação pessoal	S			N/A	Não existe reembolso de despesas de representação pessoal.
Contratação Pública					
Normas de contratação pública			N/A	N/A	O Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, não é aplicável à Companhia, nem às Sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo.
Normas de contratação pública pelas participadas			N/A	N/A	A sociedade não está sujeita às regras constantes do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.
Contratos submetidos a visto prévio do TC					A sociedade não está sujeita às regras constantes do artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas			N/A	N/A	
Parque Automóvel			N/A	N/A	Não existe parque automóvel propriedade da Companhia.
Princípio de igualdade de género					
Medida 1	S			N/A	A Companhia cumpre com o princípio da igualdade de género nos termos indicados no Relatório do Bom Governo.
Plano de Redução de Custos (1)					
Gastos com pessoal	S			-17,8%	O valor indicado corresponde à redução verificada em 2012 face a 2010 nas contas da CARES - Companhia de Seguros, S.A..
Fornecimentos e Serviços Externos	S			-13,0%	O valor indicado corresponde à redução verificada em 2012 face a 2010 nas contas da CARES - Companhia de Seguros, S.A..
Redução do número de efetivos e cargos dirigentes					
N.º de efetivos	S			2	O número de efetivos e de cargos dirigentes é o estritamente necessário ao exercício da atividade da Companhia.
N.º de cargos dirigentes	S			0	

7. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas



CARES

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

CARES – COMPANHIA DE SEGUROS, SA
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
EXERCÍCIO DE 2012

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pela Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos a actividade da sociedade e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas convenientes,

Obtivemos do Conselho de Administração regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da empresa e andamento dos negócios sociais.

Apreciámos o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas do exercício e respectivos anexos, bem como a certificação legal de contas, emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e com que concordamos.

Considerando quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que a Assembleia-Geral aprove o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão;

Finalmente, o Conselho Fiscal agradece ao Conselho de Administração e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas toda a colaboração prestada.

Lisboa, 20 de Março de 2013.

O CONSELHO FISCAL

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente

João Filipe Gonçalves Pinto

João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

Luis Augusto Máximo dos Santos

Luis Augusto Máximo dos Santos - Vogal



CARES

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Avenida José Malhoa, 13 - 7º
1070-157 Lisboa

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO RELATÓRIO E
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
CARES - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2012

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 20 de Março de 2013.

O CONSELHO FISCAL



(Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Presidente)



(João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal)



(Luís Augusto Máximo dos Santos - Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Cares – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 que evidencia um total de 65.225.627 Euros e capital próprio de 23.391.337 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.086.709 Euros, a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

4. As análises actuariais disponíveis nesta data apontam para a existência de um excesso da provisão para sinistros registada nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de Dezembro de 2012 que poderá ascender a aproximadamente 6.800.000 Euros (8.300.000 Euros aproximadamente, em 31 de Dezembro de 2011). Consequentemente, o passivo e o resultado do exercício encontram-se sobreavaliados em 6.800.000 Euros e 1.500.000 Euros, respectivamente, e os resultados transitados encontram-se subavaliados em 8.300.000 Euros. Estes montantes não reflectem o efeito que a correcção desta situação teria ao nível da participação nos resultados no âmbito dos tratados de resseguro aceite celebrados pela Companhia, nem os correspondentes efeitos fiscais.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Cares – Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, bem como o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício de 2012.

Lisboa, 14 de Março de 2013



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CARES - Companhia de Seguros, S.A.

Grupo **Caixa Geral de Depósitos**